

ELEIÇÕES 2026 · PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PLANO DE GOVERNO

LEONARDO AVALANCHE

Candidato à Presidência do Brasil

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

PRTB · 28

Mandato 2027 – 2030

AVALANCHE NELES

Um Compromisso com o Brasil

O Brasil atravessa um momento decisivo de sua história. País de dimensão continental, de riqueza natural extraordinária e de um povo reconhecido mundialmente pela capacidade de trabalho e superação, o Brasil segue, ainda assim, aquém do que sua grandeza permite. Falta ao país aquilo que nenhuma nação verdadeiramente desenvolvida abre mão: **planejamento sério, execução responsável e compromisso genuíno** com quem trabalha, produz e sustenta a nação todos os dias.

Este Plano de Governo nasce do reconhecimento da distância entre o potencial brasileiro e a realidade vivida por milhões de famílias. Cada proposta aqui reunida faz parte de um mesmo projeto de reconstrução nacional, que trata com a mesma seriedade a segurança pública, a economia, a educação, a saúde, a proteção à mulher e à criança, a defesa nacional e o meio ambiente.

As dezenove propostas reunidas neste documento foram construídas a partir de estudo técnico, de experiência internacional já comprovada e da escuta direta das principais demandas da sociedade brasileira. Cada uma delas representa um compromisso concreto: **transformar diagnóstico em ação, e ação em resultado mensurável** para o povo brasileiro.

Governar o Brasil exige mais do que boa intenção — exige método, disciplina, coragem institucional e, acima de tudo, responsabilidade com o mandato que se pretende exercer. É esse o espírito que orienta cada página deste documento, construído e assumido em conjunto com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Esse compromisso se sustenta sobre três pilares que atravessam a história do nosso povo e continuam vivos em cada família brasileira: **Deus, pátria e família**. É a fé que sustenta o brasileiro nos momentos mais difíceis, é o amor à pátria que nos une diante das diferenças, e é a família que forma o caráter de cada geração. Nenhum projeto de governo é sério se não parte desses valores.

O Brasil é diverso em região, em crença, em opinião — mas somos, antes de tudo, um só povo e uma só nação. É esse espírito de unidade, acima de qualquer divisão, que este plano de governo busca representar: um Brasil que se reconstrói junto, sem deixar ninguém pra trás.

Leonardo Alves de Araújo

*Leonardo Avalanche — Candidato à Presidência do Brasil 2026
Presidente Nacional do PRTB*

Sumário

01	Imposto Único de 3,5%	4
02	iPhone para Todo Brasileiro	7
03	Zerar a Fila do SUS	9
04	Valorização do Motorista de Aplicativo	11
05	Tolerância Zero Contra o Crime	13
06	Educação Moderna com IA e Tecnologia, Voltada para Empreendedorismo	15
07	IPVA de R\$ 50 por Mês	18
08	Um Polo Tecnológico de Escala Mundial no Brasil	19
09	Industrializar o Brasil: Produzir Aqui o Que É Nosso	21
10	O Brasil do Agro: Fertilizantes e Insumos Nacionais	24
11	Infraestrutura Pesada: Rodovias, Hidrovias e Ferrovias	26
12	Equipar as Forças Armadas	28
13	Indústria Automobilística Nacional	30
14	Segurança Jurídica para Todos	32
15	Abraço Azul: Apoio Real à Família Atípica	34
16	Segurança da Mulher	36
17	Tolerância Zero à Exploração Sexual Infantil	39
18	Juventude	42
19	Saneamento Básico e Coleta de Lixo	45

Imposto Único de 3,5%

Simplicidade tributária e mais poder de compra pra todo brasileiro

Chega dessa avalanche de impostos escondidos. Um imposto único de 3,5% pra tudo — simples, transparente, sem letra miúda.

Nossa proposta é reduzir toda essa avalanche de impostos que pesa sobre o brasileiro pra uma alíquota única de **3,5%**. Nada de ICMS, ISS, PIS, Cofins, IPI, INSS, Imposto de Renda separados — um imposto só, pra tudo.

Na prática: hoje, em boa parte do que você compra, quase metade do preço já é imposto. Um carro popular que custa **R\$ 100 mil** tem cerca de **50% só de imposto embutido** (IPI, ICMS, PIS, Cofins etc) — segundo consultoria especializada no setor automotivo, de cada R\$ 100 mil pagos por um carro, metade vai direto pro governo. Com o imposto único de 3,5%, esse mesmo carro passaria a custar cerca de **R\$ 51.750** — uma economia de mais de R\$ 48 mil, quase metade do preço de hoje.

Os tributos que hoje compõem essa avalanche: ICMS, ISS, IPI, PIS, Cofins, IOF, IRPJ, CSLL, IRPF, INSS (patronal e do trabalhador), IPVA, ITBI, ITCMD e Imposto de Importação, entre outras taxas setoriais. Nenhum outro sistema tributário do mundo desenvolvido concentra tantos tributos simultâneos sobre a mesma cadeia produtiva.

Quem sustenta essa arrecadação hoje: a arrecadação federal de aproximadamente R\$ 2,9 trilhões em 2025 vem, em sua maior parte, do bolso de quem não tem como escapar do imposto — o trabalhador comum e o pequeno empresário, que pagam na hora, sem brecha, todo santo dia. As grandes empresas, por outro lado, operam dentro de um dos sistemas tributários mais pesados do mundo, e por isso recorrem a planejamento tributário, estruturas jurídicas complexas e mecanismos legais de postergação pra reduzir sua carga efetiva — um comportamento racional diante de um sistema que cobra demais e complica de propósito. Isso significa que os R\$ 2,9 trilhões arrecadados em 2025 foram sustentados, na maior parte, por quem menos tem estrutura pra driblar o imposto. É isso que muda com o imposto único: o trabalhador e o pequeno empresário, que hoje pagam o equivalente a quase 50% embutido em tudo que compram, passam a pagar só 3,5% — uma redução drástica, sentida positivamente no bolso todos os dias. E as grandes empresas passam a ter, pela primeira vez, um imposto simples e justo pra pagar — cobrado direto na fonte, sem burocracia, sem necessidade de estrutura complexa pra lidar com ele. Cobrado assim, direto na fonte, **ninguém mais vai conseguir sonegar: nem grande empresa, nem ninguém. Todos passam a pagar o mesmo imposto justo.** É esse fim da sonegação que faz a arrecadação nacional **triplicar** — permitindo mais investimento em saúde, segurança e infraestrutura pra todo brasileiro, sem tirar nada a mais de quem já pagava em dia.

Seu dinheiro rende mais: o efeito prático no dia a dia do brasileiro

Isso não é teoria — é dinheiro a mais no seu bolso, sentido de formas diferentes ao mesmo tempo:

1. Tudo que você compra fica pela metade do preço — e isso dobra seu poder de compra: não é só o carro. Remédio, consulta e internação em hospital particular, material de construção pra fazer sua casa, roupa, comida no mercado — praticamente tudo que você compra hoje carrega uma fatia de imposto embutida que chega perto de 50% do preço final. Com o imposto único de 3,5%, essa fatia despenca em cada um desses itens ao mesmo tempo. Construir a casa própria fica pela metade do preço. Comprar o carro fica pela metade do preço. O remédio de uso contínuo, a consulta médica, o tratamento de saúde — tudo cai pela metade. Na prática, isso significa que o mesmo salário que hoje compra uma coisa, amanhã

compra o dobro. **Viver no Brasil, com o mesmo dinheiro no bolso, dobra o poder de compra de quem mora aqui.**

2. Seu salário líquido vai aumentar: pega o exemplo de quem ganha R\$ 10 mil por mês hoje: desconta R\$ 988 de INSS e cerca de R\$ 1.525 de Imposto de Renda — o trabalhador recebe líquido perto de R\$ 7.487, quase R\$ 2.500 a menos do que o valor cheio combinado com a empresa. Com o imposto único de 3,5% substituindo essa cobrança, esse mesmo trabalhador passa a descontar apenas **R\$ 350** — e recebe líquido **R\$ 9.650**, praticamente o valor cheio do salário combinado. É uma redução de **quase 90% no imposto** que sai do contracheque todo mês. Além do salário aumentar de verdade no fim do mês, ele ainda compra mais com esse dinheiro — porque tudo que ele for gastar também caiu de preço. **É o duplo efeito: ganha mais, e o que ganha vale mais.**

3. O dinheiro que sai da sua conta é o valor real, sem letra miúda: hoje, quando você recebe um pagamento pelo Pix, pela maquininha ou por qualquer meio digital, uma cadeia de impostos diferentes incide sobre esse valor, tornando quase impossível saber, na hora, quanto realmente é seu. Com um imposto único e transparente de 3,5%, você sabe exatamente quanto vai pro governo e quanto é seu — sem cálculo, sem letra miúda, sem surpresa no extrato.

Pra quem empreende — a mudança que reabre o Brasil pra quem quer trabalhar: hoje, o pequeno empresário enfrenta a mesma avalanche tributária do grande, só que sem a mesma estrutura pra lidar com ela — sem departamento jurídico, sem contador especializado, sem planejamento fiscal sofisticado. É o pequeno negócio, o microempreendedor, o prestador de serviço autônomo, quem mais sente o peso de um sistema desenhado pra quem tem estrutura pra navegar nele. A reforma tributária do governo atual promete simplificar, mas ainda assim vai cobrar do empresário uma alíquota que pode chegar a quase 27% a partir de 2027 — continuando a exigir profissional especializado só pra entender quanto se paga. No nosso governo, isso acaba: vira **3,5% pra todo empresário**, do pequeno ao grande, sem exceção, sem departamento fiscal, sem letra miúda. Além disso, contratar um funcionário custa hoje muito mais do que o salário que ele recebe — o INSS patronal, sozinho, representa 20% adicionais sobre a folha de pagamento. Com a substituição desse encargo pelo imposto único, o custo total de contratação cai de forma expressiva, permitindo tanto abrir mais vagas formais quanto pagar salários mais competitivos pra quem já trabalha na empresa. Empreender no Brasil deixa de ser um exercício de sobrevivência tributária e passa a ser, de novo, sobre construir um negócio.

Comparação internacional — carga tributária

Pais	Carga tributária	Estrutura
Brasil (atual)	33% a 34% do PIB	Múltiplos tributos federais, estaduais e municipais
Estados Unidos	Federal empresas: 21% · Estadual: 0-12% · Vendas: 7-8% (média)	Sistema federal segmentado por estado
Paraguai	Modelo "10-10-10": 10% IRE, 10% IVA, 10% IRPF	Sistema simplificado, alíquota única por categoria
Brasil (proposta Avalanche)	3,5% único	Um único tributo, sem sobreposição

Com 3,5%, o Brasil deixa de ser um dos países que mais cobra imposto do mundo e passa a ter a menor carga tributária entre essas três referências — abaixo dos Estados Unidos e abaixo até do Paraguai, país que só nos últimos dois anos já atraiu **mais de 200 empresas brasileiras** e recebeu **cerca de 22 mil**

pedidos de residência de brasileiros fugindo da carga tributária do próprio país. Esse movimento não é hipotético: é um fenômeno real, documentado e crescente, que hoje tira do Brasil empregos, arrecadação futura e capacidade produtiva — tudo isso rumo à fronteira. Com um imposto único de 3,5%, essa lógica se inverte por completo. O empresário brasileiro que hoje monta fábrica em Ciudad del Este ou abre escritório no Paraguai deixa de ter motivo pra sair — porque o Brasil passa a oferecer, dentro de casa, uma carga tributária ainda mais competitiva do que a que ele foi buscar fora. E não param aí os efeitos: multinacionais americanas, europeias e asiáticas que hoje avaliam o Brasil como um mercado atrativo, mas tributariamente hostil, passam a ter um motivo concreto pra instalar fábrica, centro de distribuição ou sede regional aqui — trazendo capital estrangeiro, tecnologia e emprego direto pro país. O resultado esperado é duplo: **o dinheiro e as empresas brasileiras que fugiram voltam pra casa, e o capital internacional que nunca veio passa a ver o Brasil como porta de entrada, não como risco tributário.**

Por que funciona: um imposto único, simples e cobrado na fonte elimina a lógica da sonegação, unifica a base tributária nacional e reposiciona o Brasil entre os países mais competitivos do mundo para se investir e empreender. Quando o imposto é simples e baixo, ninguém tem motivo pra sonegar — não sobra mais brecha estrutural pra escapar dele. A economia gira mais rápido, o consumo aumenta, mais gente formaliza negócio, e tudo isso gera mais arrecadação com menos peso sobre quem trabalha. Menos imposto embutido significa preços mais baixos, mais dinheiro circulando e menos sonegação — porque fica mais barato pagar do que fugir do fisco. **Simplicidade gera arrecadação, não o contrário.**

PRA ACABAR COM A AVALANCHE DE IMPOSTOS É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

iPhone para Todo Brasileiro

Ferramenta de trabalho, qualificação e renda para quem decide empreender

Todo brasileiro que se qualificar pra empreender tem direito a um iPhone de última geração com um ano de internet grátis.

Inclusão digital não pode ser só discurso. Milhões de brasileiros ficam de fora de oportunidades de trabalho, cursos e renda extra simplesmente porque não têm um smartphone de qualidade e acesso decente à tecnologia e à internet.

Na prática: todo brasileiro que concluir um curso de empreendedorismo oferecido pelo nosso governo recebe um **iPhone de última geração com um ano de internet gratuita** — como ferramenta de trabalho para ter a oportunidade de mudar de vida. O critério é um só, e vale igual pra todo mundo: quem se qualifica, recebe. **Isso inclui tanto quem está no Bolsa Família (sem perder o benefício) quanto quem nunca recebeu nenhum auxílio do governo.**

Sem medo de perder o benefício: pra quem está no Bolsa Família, essa é a solução perfeita pra finalmente ter uma renda extra. Hoje, muita gente tem medo de perder o benefício assim que assina carteira ou consegue um trabalho, e por isso acaba nem tentando. **Aqui não: a renda extra vem garantida pelo nosso governo, sem perder o Bolsa Família.**

Emprego de verdade pra quem se qualificar: hoje o governo federal movimenta **bilhões por ano** em contratos de publicidade oficial, somando Secom, ministérios e estatais — dinheiro que sustenta grandes artistas e agências contratados a peso de ouro pra divulgar ação de governo. Uma parte relevante dessa mesma verba, hoje usada para contratar esse alto escalão da publicidade, vai passar a ter outro destino: depois de fazer o curso de qualificação e receber o iPhone com internet, o brasileiro que decidir seguir trabalhando com internet e comunicação digital vai poder ser **efetivamente contratado pelo nosso governo federal — com contrato assinado e remuneração** — pra atuar na divulgação oficial de programas e serviços públicos em sua própria cidade e região.

Imagina na prática: aquele brasileiro que está desempregado, ou que só quer aumentar a renda no fim do mês, usa o tempo livre pra fazer o curso do nosso governo, recebe o iPhone e a internet como instrumento de trabalho, e a partir daí decide o próprio caminho. Pode aprender a vender online e transformar aquele bolo de pote feito em casa numa **pequena empresa**, divulgando os produtos direto pelo celular. Pode ser aquele jovem, ainda adolescente, que aprende a mexer com tráfego pago e passa a vender produto de outras pessoas pela internet, **ganhando comissão**. Ou pode seguir o outro caminho: se qualificar, mostrar que entende de conteúdo digital, e ser chamado pelo nosso governo pra fazer post, vídeo e divulgação oficial na sua região — virando, ele mesmo, parte da comunicação do nosso governo, e não só espectador dela.

Por que funciona: o custo de universalizar o acesso a um bom celular com internet é menor do que o custo de manter milhões de pessoas fora da economia digital. Quem tem ferramenta, trabalha; quem trabalha, gera renda própria e consegue mudar de vida — comprar seu carro, sua casa, dar mais conforto pra família. E, ao redirecionar parte do orçamento hoje concentrado em grandes artistas e agências, como a TV Globo, para contratar diretamente quem se qualificou nesse programa, **nosso governo troca poucos contratos milionários por milhares de contratos menores, espalhados pelo Brasil inteiro** — gerando emprego, renda e uma comunicação oficial muito mais capilarizada e regional do que a de hoje.

De onde vai sair o dinheiro: hoje, o governo federal gasta **cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano** patrocinando grandes emissoras de mídia e agências de publicidade — a maior fatia desse valor vai direto pra TV Globo. Nosso governo vai inverter essa lógica: **tirar dos grandes e dar pra quem realmente precisa**. Em vez de sustentar contratos milionários com emissoras e agências, esse dinheiro vai financiar a contratação dos próprios brasileiros que se qualificaram no nosso curso de empreendedorismo digital — quem se esforçou, quem quis aprender, quem quis mudar de vida. É o governo reconhecendo esse esforço com um contrato de verdade, pago diretamente pra quem precisa, e não pra quem já é grande.

E o benefício não para no indivíduo: quando o brasileiro passa a ter mais renda, ele gasta mais — no mercado do bairro, no salão, na padaria, no pequeno comércio perto de casa. Esse giro da economia é combustível pro país inteiro, e junto com o valor já hoje destinado à publicidade oficial, **é mais do que suficiente pra bancar os cursos de qualificação, os iPhones e a internet gratuita — sem precisar de um centavo a mais de imposto**.

Como vai funcionar o curso: o programa de capacitação será estruturado em **trilhas formativas progressivas**, adaptadas ao nível de conhecimento digital de cada cidadão. A trilha inicial atende quem ainda tem baixo letramento digital — frequentemente o público idoso — com conteúdo voltado à **segurança digital** (uso de aplicativos bancários, reconhecimento de golpes financeiros e desinformação) e ao domínio básico do smartphone como ferramenta de comunicação e consumo.

A partir daí, o programa oferece capacitação profissionalizante voltada a ofícios manuais e criativos com potencial de monetização digital — **alguns exemplos são confeitaria, artesanato, costura e moda**, além de serviços de beleza como **manicure, maquiagem e cabeleireiro**; para o público masculino, ofícios como **marcenaria, elétrica residencial, mecânica automotiva, funilaria e pintura, alvenaria e hidráulica**, entre tantos outros. Em todos os casos, o foco é ensinar o cidadão a divulgar, precificar e vender esse ofício através de canais digitais — redes sociais, marketplaces e aplicativos de serviço —, transformando uma habilidade manual já existente em fonte de renda formalizada.

Na trilha mais avançada, o programa capacita o cidadão para atuação profissional na economia digital, incluindo **gestão de tráfego pago** (anúncios pagos em redes sociais, uma das formas mais lucrativas de geração de renda online, com potencial de comissão sobre vendas de terceiros via marketing de afiliados), produção e edição de conteúdo audiovisual, métricas de desempenho em redes sociais, **criação de sites e aplicativos** e construção de audiência — capacitando o brasileiro a atuar profissionalmente como **criador de conteúdo, produtor digital, gestor de tráfego ou influenciador**, carreiras já consolidadas e crescentes na economia digital. E não é só pra rentabilizar a própria imagem: o cidadão que se destacar nessa trilha e se tornar um influenciador de verdade também pode ser **contratado pelo próprio governo** para fazer a divulgação oficial de programas e serviços públicos, dar sua opinião e defender sua região — virando, ele mesmo, voz oficial da comunicação do nosso governo. Por fim, o programa orienta o cidadão que deseja formalizar seu negócio: **abertura de CNPJ, enquadramento como Microempreendedor Individual**, precificação e organização financeira básica — os passos necessários para transformar qualquer uma dessas capacitações em empreendimento formal e sustentável.

PRA GANHAR SEU IPHONE PARA EMPREENDER É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Zerar a Fila do SUS

Remédio que nunca vai faltar é um novo olhar pra saúde da mulher e do idoso

A fila do SUS vai zerar. Tecnologia vigiando o estoque em tempo real pra remédio nunca mais faltar, e um novo olhar pra saúde da mulher e do idoso.

Quem nunca esperou meses — às vezes anos — por uma cirurgia, um exame ou uma consulta com especialista pelo SUS (Sistema Único de Saúde)? **Muita gente morre esperando.** Essa é uma das dores mais sentidas por quem depende do SUS, sem plano de saúde particular, contando exclusivamente com o sistema público. Por isso, **nosso governo vai ter como meta prioritária zerar a fila do SUS.**

Na prática: mutirões nacionais de atendimento, parceria com hospitais privados ociosos para absorver demanda reprimida, telemedicina para triagem rápida e gestão por resultado nas secretarias de saúde.

Tecnologia para nunca mais faltar remédio: vamos instalar um **sistema de inteligência artificial** que monitora em tempo real o estoque de medicamentos em hospitais, postos de saúde e UBS de todo o país, avisando com antecedência quando um remédio está acabando — antes que falte na mão do paciente. **No nosso governo, remédio não vai faltar.** E mais: vamos modernizar os medicamentos disponíveis no SUS, trocando fórmulas antigas e ultrapassadas por versões mais modernas, incluindo injetáveis, com a mesma qualidade que hoje só quem tem plano particular consegue acessar.

Saúde da mulher, do climatério à menopausa: vamos criar um programa nacional de acompanhamento para a mulher desde o climatério até depois da menopausa — com suporte psicológico contínuo e acesso aos melhores medicamentos, incluindo injetáveis modernos. Hoje os remédios do SUS pra essa fase são defasados, causam mais efeitos colaterais na mulher do que em outros tratamentos, e isso faz com que ela adoença e saia do mercado de trabalho mais cedo, muitas vezes enfrentando a depressão sozinha. Segundo o IBGE, o Brasil tem **cerca de 29 milhões de mulheres** vivenciando o climatério ou a menopausa neste momento — quase 8% da população brasileira —, e a grande maioria dependendo exclusivamente do SUS. Além dos injetáveis, vamos também estudar a ampliação do acesso a **géis e cremes hormonais de absorção transdérmica** — uma via moderna que, em muitos casos, é absorvida pelo corpo de forma ainda mais eficiente que o comprimido tradicional — e à suplementação de vitaminas essenciais (D3, K2, B12) e magnésio, fundamentais pro equilíbrio metabólico e ósseo da mulher nessa fase da vida. Nosso governo vai olhar pra essa mulher com a atenção que ela merece, garantindo o mesmo direito à saúde e ao trabalho que todo cidadão tem — **reconhecendo a mulher madura como pilar produtivo, social e econômico do país.**

Prevenção também começa cedo: cuidado com as jovens brasileiras: nosso governo vai criar programas de **prevenção de doenças** voltados às jovens, incluindo orientação pra **evitar gravidez precoce**, ampliação do acesso a **ginecologistas mulheres** pra realização de exames preventivos regulares, e garantia de que não falte o **anticoncepcional mais adequado ao perfil de cada mulher** — hoje, muitas unidades de saúde oferecem só uma ou duas opções padronizadas, sem considerar que cada corpo reage de um jeito diferente. Cuidar da saúde da mulher é acompanhar ela em todas as fases da vida, não só quando o problema já apareceu.

Cuidado e respeito com quem já construiu o Brasil: a saúde do idoso: o Brasil envelhece rápido: já são **35,2 milhões de idosos**, quase 17% da população, e esse número só cresce. Mesmo assim, o país tem hoje pouco mais de 3 mil geriatras — uma média de apenas **1 especialista pra cada 10 mil idosos**, muito abaixo do que organismos internacionais recomendam. O resultado é um idoso que passa a vida

inteira contribuindo com o país e, na hora de precisar de um cuidado de saúde mais atento à sua fase de vida, encontra fila, falta de especialista e atendimento genérico que não considera as particularidades de quem envelhece. Nosso governo vai investir na formação e contratação de mais geriatras pro SUS, garantir **prioridade de verdade — não só no papel** — pro idoso nas filas de cirurgia e consulta, e ampliar o acesso a acompanhamento contínuo de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, que são as que mais afetam essa fase da vida. **Quem já deu décadas de trabalho e contribuição pro Brasil merece ser enxergado, não empurrado pro fim da fila.**

De onde sai o dinheiro: combater a corrupção, pois já temos dinheiro suficiente: o Ministério da Saúde já tem um dos maiores orçamentos do governo federal — R\$ 271,3 bilhões previstos para 2026, o **segundo maior orçamento entre todos os ministérios**, atrás só da Previdência Social. O brasileiro já contribui o suficiente pra ter a melhor saúde do mundo. O problema é que boa parte desse dinheiro se perde no caminho por corrupção: contrato superfaturado, licitação fraudada e desvio de verba pública tiram do paciente o remédio e a cirurgia que já deveriam ser dele por direito. E, além da corrupção, ainda tem a má gestão dos próprios remédios — estudos mostram que **entre 10% e 20% de todos os medicamentos comprados por instituições públicas no Brasil são desperdiçados**, jogados fora por vencimento ou compra malfeita. Não existe nada mais desumano do que roubar ou desperdiçar dinheiro que deveria virar remédio, cirurgia e atendimento — quem faz isso está, na prática, tirando anos de vida do brasileiro que depende do SUS. Por isso, **nosso governo vai combater a corrupção na saúde com todo o rigor** e acabar com a má gestão que desperdiça remédio — o dinheiro já está lá, falta só parar de roubar e de desperdiçar ele.

Por que funciona: o problema do SUS nunca foi falta de dinheiro — o Brasil arrecada o suficiente. O problema é contrato superfaturado e licitação fraudada, dinheiro público desviado enquanto gente morre esperando na fila. Isso vai acabar nessa gestão: quem rouba dinheiro da saúde pública está tirando o remédio e a vaga de cirurgia de alguém que precisa. Com gestão séria, tecnologia de ponta e fim da corrupção nos contratos, o dinheiro que já existe passa a chegar de verdade no hospital, no posto de saúde e no paciente. **O SUS é uma conquista incrível do povo brasileiro, mas pra ser incrível de verdade ele precisa funcionar** — e é isso que nosso governo vai fazer acontecer, unindo tecnologia de controle de estoque de remédios e gestão eficiente de cirurgias, pra que fila, falta de remédio e descaso deixem de fazer parte da vida de quem mais precisa do sistema público de saúde. **Nosso governo não vai fechar os olhos pra quem mais precisa.**

**PRA ZERAR A FILA DO SUS É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Valorização do Motorista de Aplicativo

Financiamento 100% pelo governo, com 0% de imposto, taxa justa e dignidade pra quem move a cidade

Chega de trabalhar o dia inteiro e ver mais da metade do que você fatura sumir entre taxa do aplicativo, aluguel do carro e gasolina. É hora de o motorista ser dono do próprio carro — e do próprio trabalho.

Nosso governo não vai permitir que nenhuma empresa explore o trabalhador brasileiro.

Segundo o IBGE, o motorista de aplicativo roda em média **quase 200 horas por mês** — e mesmo assim não sobra quase nada no fim do mês. Motorista de aplicativo enfrenta hoje duas realidades possíveis, e nenhuma delas é justa: quem aluga o carro paga diária todos os dias, antes mesmo de ver o primeiro real de lucro; quem usa o veículo próprio evita a diária, mas arca sozinho com IPVA, manutenção, seguro e depreciação do carro que virou sua ferramenta de trabalho — despesas que também saem do bolso antes do lucro aparecer. Em ambos os casos, quando se soma tudo que sai do faturamento do motorista — taxa do aplicativo, aluguel ou custo do carro próprio, e combustível — **mais da metade do que ele fatura desaparece antes de chegar em casa**, enquanto a plataforma dona do aplicativo opera com estrutura mínima e despesa quase nenhuma.

Essa realidade se agravou fortemente depois da pandemia, quando dirigir por aplicativo se tornou, pra milhões de brasileiros, **a alternativa mais imediata diante do desemprego**. Ninguém escolhe rodar 12, 13, 15 horas por dia, longe da família, se tivesse outra opção. Ninguém escolhe se expor a risco de assalto em bairro desconhecido de madrugada, se não fosse pela necessidade de levar o sustento pra casa. É gente que já está numa posição de fragilidade financeira sendo empurrada pra dentro de uma jornada de trabalho exaustiva, sustentando o lucro de plataformas que praticamente não têm despesa. Um governo que conhece essa realidade e ainda assim permite que esse desgaste sustente, de forma desproporcional, o lucro de quem só criou um aplicativo, é um governo que fecha os olhos pra quem mais precisa de proteção. **Isso vai mudar.**

Financiamento facilitado pra tirar o motorista da diária: todo motorista de aplicativo vai poder acessar uma linha de **financiamento 100% facilitada pelo governo** pra compra do carro, com **isenção total de imposto sobre o veículo financiado**. Na prática, um carro que hoje custa R\$ 100 mil pode sair por cerca de **R\$ 50 mil** pra esse motorista, já que hoje quase metade do preço de um carro é imposto embutido — e esse imposto deixa de existir pra quem se qualificar nesse financiamento. O governo vai estabelecer critérios de verificação rigorosos, com todas as garantias necessárias, pra assegurar que o benefício alcance efetivamente quem exerce essa atividade de forma real e contínua — sem espaço pra uso indevido. O objetivo é simples: **tirar o motorista da dependência do aluguel de carro por diária**, e permitir que ele se torne dono do próprio veículo, trabalhando pra si mesmo.

Pressão real pra baixar a taxa do aplicativo: nosso governo vai negociar diretamente com Uber e demais plataformas a redução da taxa cobrada sobre o motorista para 3,5% (hoje essa taxa chega a quase 60%, somando aplicativo, aluguel ou custo do carro e combustível) — a mesma alíquota do nosso imposto único. Caso as empresas não se adequem, o governo federal vai restringir a operação dessas plataformas no país, de forma responsável e com período de transição organizado, e vai colocar em

funcionamento um aplicativo de transporte próprio, com taxa fixa de 3,5% (contra os quase 60% de hoje), garantindo ao motorista uma alternativa concreta diante de qualquer resistência das empresas.

Segurança e dignidade pra quem passa o dia na rua: vamos criar **pontos de apoio pelas cidades** pra motorista de aplicativo — lugares pra tomar água, usar banheiro, descansar um pouco entre uma corrida e outra, com estrutura de segurança. Vamos também **reforçar os critérios de verificação de identidade** no cadastro dessas plataformas, garantindo mais segurança tanto para o motorista quanto para o passageiro. Motorista de aplicativo passa o dia inteiro na rua sustentando a mobilidade urbana do país; é hora de o país cuidar de quem cuida do transporte de todo mundo.

Plano de saúde exclusivo pro motorista de aplicativo: nosso governo vai criar um **plano de saúde próprio, exclusivo pra motorista de aplicativo** — reconhecendo que essa categoria trabalha exposta a acidente de trânsito, assalto e desgaste físico diário, sem nenhuma cobertura de saúde vinculada ao trabalho, já que não tem carteira assinada. É mais uma forma concreta de tratar esse trabalhador com a dignidade que ele merece, e não só com discurso.

Por que funciona: motorista de aplicativo já é **parte essencial da economia brasileira**, mas trabalha sem nenhuma rede de proteção e entrega boa parte do próprio ganho pra plataforma. Facilitar o acesso ao carro próprio, baixar a taxa abusiva e garantir estrutura básica de apoio é reconhecer o motorista de aplicativo como o trabalhador que ele é — **pois quem depende do motorista é o aplicativo, não o contrário. Nosso governo vai defender os direitos desse trabalhador.** Essas plataformas utilizam ruas, estradas e rodovias diariamente para gerar receita, e o governo vai estudar a **criação de um fundo**, a partir da própria arrecadação tributária desse setor, pra apoiar prefeituras e estados na manutenção dessas vias — dando retorno direto ao instrumento de trabalho do motorista, tanto na conservação das estradas por onde ele roda quanto no financiamento facilitado do próprio veículo. Garantir ao motorista não apenas renda mais justa, mas também um ambiente de trabalho mais seguro e bem conservado, é reconhecer que ele já contribui, através do seu trabalho diário, pelo uso dessa estrutura.

PRO MOTORISTA SER DONO DO PRÓPRIO CARRO É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Tolerância Zero Contra o Crime

Mais policial nas ruas, punição de verdade e um plano coordenado por quem entende do assunto

Mais policial nas ruas, punição de verdade pra quem rouba do trabalhador brasileiro honesto, um sistema unificado de informações criminais e salário digno pro policial. Segurança de verdade exige tudo isso junto.

O brasileiro tem medo de sair de casa, de deixar o filho ir pra escola sozinho, de andar na rua à noite. Essa insegurança rouba a liberdade de viver normalmente, e o crime organizado cresce porque sabe que **a impunidade compensa**.

Na prática: somos a favor de toda tecnologia disponível pra combater o crime — câmera de monitoramento, reconhecimento facial, integração de dado em tempo real. É essa tecnologia que permite ver o roubo acontecendo, identificar o rosto de quem cometeu o crime, e, quando esse mesmo suspeito passar de novo por outra câmera na cidade, alertar na hora o policial mais próximo pra fazer a prisão. Isso já existe no Brasil hoje, só que com pouca agilidade — a comunicação entre a câmera que identifica e o policial em campo ainda é lenta demais pra realmente prender o suspeito a tempo. **No nosso governo, vamos investir pesado nessa tecnologia e também em mais policial nas ruas**, porque uma coisa não substitui a outra: câmera identifica, mas precisa de policial suficiente e bem treinado pra chegar a tempo e agir. Vamos somar as duas coisas: tecnologia de ponta unida a **mais concursos públicos pra polícia, salário digno e reconhecimento de verdade** pra quem arrisca a vida todos os dias enfrentando o crime na rua.

Sistema Único Nacional de Segurança: vivemos na era da inteligência artificial, do reconhecimento facial e do satélite — e ainda assim, o Brasil não consegue fazer uma coisa básica: cruzar a informação de um preso de um estado com a de outro em tempo real. Hoje, quando um policial aborda e prende um suspeito, a Justiça muitas vezes não tem, no momento da audiência de custódia, uma visão completa e imediata dos antecedentes daquela pessoa — porque os registros de polícia civil, polícia militar e polícia federal não estão plenamente integrados entre si e entre os estados. Sem tempo hábil pra levantar esse histórico, o juiz acaba soltando quem já tem passagem — e o ciclo de reincidência se repete. Esse tipo de falha não afeta só antecedente criminal: afeta rastreio de arma e veículo roubado que atravessa fronteira estadual, localização de pessoa desaparecida, cumprimento de medida protetiva quando o agressor muda de cidade, e identificação de padrão de atuação de organização criminosa que opera em mais de um estado. Criminoso experiente sabe dessa brecha e usa ela a favor dele, mudando de estado justamente pra sumir do radar. Esse problema já é reconhecido oficialmente: o próprio CNJ aprovou em 2025 a Resolução nº 665, criando a Certidão Nacional Criminal, justamente pra começar a unificar a emissão de antecedentes criminais no país. **No nosso governo, vamos ir muito além da certidão:** vamos construir um **Sistema Único Nacional de Segurança**, integrando em tempo real todas as bases policiais do país — antecedente criminal, mandado de prisão em aberto, registro de arma, veículo e medida protetiva —, pra que a informação certa esteja disponível na hora certa, em qualquer cidade do Brasil, e nenhum criminoso perigoso escape só porque o sistema não conversa entre si.

O assalto de celular que vira rotina — e a impunidade que alimenta isso: só em 2025, o Brasil registrou **792 mil casos de furto e roubo de celular**. Em várias capitais, já é rotina: jovem em bicicleta, muitas vezes disfarçado de entregador de aplicativo — iFood, 99, outros —, abordando pedestre e levando o celular em segundos. Estudo da FECAP, em São Paulo, já identificou isso como modus

operandi profissionalizado de quadrilha organizada, não ação isolada. E um dos motivos desse crime se repetir tanto é a impunidade: mesmo quando esses menores e jovens são pegos, muitas vezes não portam documento de identificação, e sem sistema de dados integrado, a polícia não consegue cruzar antecedente nem confirmar identidade a tempo — resultado, a Justiça acaba soltando por falta de informação. **Isso vai acabar no nosso governo.** Com o Sistema Único Nacional de Segurança funcionando em conjunto com tecnologia de reconhecimento facial, vai ser possível identificar a pessoa mesmo sem documento em mãos, cruzar antecedente na hora, e acabar com a brecha que hoje devolve esse jovem pra rua antes mesmo de a vítima registrar o boletim de ocorrência.

Punição que funciona: a legislação brasileira hoje é solta demais com quem comete crime grave e reincide. Na nossa gestão, isso acaba. Vamos **endurecer as penas** para crimes violentos e organizados, **fechar as brechas jurídicas** que soltam criminoso perigoso de volta pra rua, e garantir que quem faz mal ao cidadão de bem pague de verdade por isso. **Tolerância zero não é discurso — é mudança de lei, de gestão e de postura do Estado diante do crime.**

Isolamento total de quem comanda o crime organizado: hoje, líder de facção continua comandando tráfico e ordenando crime mesmo preso, usando qualquer brecha de contato com o mundo externo pra manter o comando de dentro do presídio. Nosso plano de governo tem como base **isolar de verdade o preso de alta periculosidade do mundo lá fora**, fechando qualquer canal que sirva pra passar ordem de dentro pra fora da cadeia. Num governo sério, **a condição de um preso perigoso não pode ser melhor que a de quem nunca cometeu crime nenhum.** Presídio de segurança máxima existe pra isolar, não pra virar sede de comando de organização criminosa.

Quem está à frente desse plano: a coordenação do nosso plano de governo para a segurança pública nacional é do **Dr. Rodney Miranda**, delegado aposentado da Polícia Federal. Foi ele quem **escreveu e executou o plano de segurança do primeiro governo de Ronaldo Caiado** em Goiás — um dos melhores planos de segurança já escritos no país, e que realmente funcionou na prática: foi esse plano que fez a criminalidade cair no estado, tornando Goiás um dos estados mais seguros do Brasil. É essa experiência prática — não teórica — enfrentando o crime organizado, que ele traz pro nosso plano de governo nacional.

Por que funciona: país nenhum resolveu a violência sendo condescendente com o crime. Segurança é a base para que a economia, o turismo e a vida em comunidade funcionem — e o Brasil vai, enfim, ter um governo que escolhe o lado do cidadão de bem.

**PRA SE SENTIR SEGURO É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Educação Moderna com IA e Tecnologia, Voltada para Empreendedorismo

Uma escola que descobre o talento de cada aluno e prepara pro primeiro emprego

Chega de ensinar só pra tirar nota. Uma escola que descobre o talento de cada aluno, prepara pro primeiro emprego e cuida também da mente e das emoções.

O Brasil vive hoje uma virada geracional real no mundo do trabalho. Segundo o Ministério do Trabalho, **38,2% dos jovens de 18 a 24 anos** deixam o emprego antes de completar um ano — entre adolescentes de 14 a 17 anos, esse número chega a **52%**. Não é falta de compromisso: é uma geração que não aceita mais o modelo engessado que a escola tradicional vendeu por décadas — se formar, entrar numa faculdade, e passar a vida inteira trabalhando pra outra pessoa, sem nunca desenvolver os próprios talentos e dons. É uma libertação de mentalidade, e isso é bom.

O problema é que esse jovem está empreendendo e buscando novos caminhos sem nenhuma orientação técnica. Segundo o IBGE, **cerca de 20% das empresas brasileiras fecham já no primeiro ano**, e **6 em cada 10 não sobrevivem 5 anos** — não por falta de coragem ou de boas ideias, mas por falta de gestão financeira, planejamento e conhecimento técnico de como empreender de verdade. Some a isso outra transformação em curso: pesquisas e dados já mostram que grandes líderes tecnológicos esperam que a inteligência artificial transforme profissões inteiras nos próximos anos, muito mais rápido do que a maioria das pessoas imagina. Isso não significa que a inteligência artificial deva substituir o ser humano — significa que precisamos **ensinar nossos jovens a usar a IA a favor deles**, não a temer ela ou competir contra ela em profissões que já estão em transformação.

“Não adianta preparar o jovem de hoje pra uma profissão de ontem. É preciso formar o brasileiro pras profissões do futuro.”

Com orientação de verdade, gestão financeira e empresarial, e domínio real da tecnologia que vai definir o mercado de trabalho dos próximos anos — é isso que nosso governo vai levar pra dentro da escola pública.

A escola pública brasileira ainda ensina como se fosse o século passado, enquanto o mundo já mudou. O resultado: **jovens formados sem saber empreender**, sem pensar em gerar renda própria, dependentes de vaga de emprego que muitas vezes não existe. Essa proposta é, antes de tudo, um compromisso com o ensino público: modernizar com tecnologia e empreendedorismo justamente a escola de quem hoje corre atrás dos filhos de escola particular numa corrida desleal, já que o aluno da rede privada costuma ter, há muito mais tempo, contato com idioma, tecnologia e preparo pro mercado.

Na prática: uso de **inteligência artificial** para personalizar o ensino no ritmo de cada aluno, currículo com foco em educação financeira, tecnologia e empreendedorismo desde o ensino fundamental — dentro da escola pública.

Preparado pro primeiro emprego, não só pro vestibular: hoje o jovem que estuda em escola pública se forma no ensino médio e não sabe fazer nada na prática — não teve ensino técnico, não teve contato com o mercado, chega aos 18 anos sem nenhuma preparação pra conseguir o primeiro emprego, enquanto o aluno de escola particular geralmente já chega mais preparado. Vamos mudar isso: **educação financeira desde cedo**, e **ensino técnico profissionalizante em toda escola pública a partir dos 14-15 anos** —

seguindo o modelo já consolidado nos Estados Unidos, onde o Career and Technical Education está integrado ao ensino médio público em quase todo o país, com curso técnico paralelo às disciplinas regulares. E esse preparo não pode mirar só as profissões de hoje: o currículo vai incluir **domínio prático de inteligência artificial e das ferramentas que vão definir o mercado de trabalho do futuro**, preparando o jovem pra empregos que ainda estão sendo criados, não só pra vagas de um modelo que já está em transformação.

Inglês será prioridade — de verdade, não só no papel: o inglês já é obrigatório por lei na escola brasileira desde o 6º ano do fundamental, desde 2017. O problema é que virar lei não fez o aluno aprender: boa parte dos professores da rede pública não tem fluência real no idioma que ensina, e o ensino continua preso à gramática no papel, sem conversação de verdade. Vamos investir pesado nisso: **contratação de professores de inglês qualificados** e, pros que já estão na rede, **apoio pra especialização em métodos modernos de ensino**, trazendo essa atualização pra dentro da sala de aula. Vamos usar **inteligência artificial no celular como ferramenta de aprendizado de idioma** — com o devido monitoramento —, permitindo que o aluno pratique conversação todos os dias, não só uma vez por semana. E vamos olhar pra quem já resolveu esse problema: Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca lideram todos os rankings mundiais de proficiência em inglês como segunda língua, e um dos fatores decisivos é a exposição constante ao idioma — filme e série em áudio original, não dublado. É esse tipo de imersão real, combinada com tecnologia e professor qualificado, que vamos trazer pra escola pública brasileira.

Uma ficha que acompanha o aluno, não só a nota dele: vamos usar tecnologia para construir, **desde a creche e o ensino primário**, um acompanhamento individual que identifica em que cada aluno se destaca — suas habilidades, seus talentos, o que desperta nele interesse de verdade. Hoje o padrão é só "tirar nota boa", e isso é engessado: uma criança que vai mal em uma matéria já se convence de que não vai ser bem-sucedida na vida, quando na verdade ela pode ser brilhante em outra coisa que a escola nunca deu chance de ela descobrir. Começando essa ficha o mais cedo possível, o Brasil constrói ao longo de toda a trajetória escolar um mapa real do que cada criança tem de melhor — não um retrato parcial, tirado só nos últimos anos antes do vestibular. **Nosso governo vai orientar o aluno pelo que ele tem de melhor, não só cobrar dele o que ele tem de pior.**

Educação também é emocional: educar não é só matemática, física, geografia e história. É formar a criança pro mundo — ensinar ela a lidar com as próprias emoções, desenvolver a personalidade, a perseverança e a capacidade de se compreender, construindo saúde mental e preparo emocional pra vida e pro mercado de trabalho. Isso deixou de ser luxo e virou necessidade prática: hoje, cerca de **60% das empresas já priorizam habilidades comportamentais** na hora de contratar, e estudos mostram que profissional contratado por competência e perfil, e não só por currículo ou onde estudou, tem até **5 vezes mais chance de permanecer na empresa**. Antigamente importava muito em que faculdade a pessoa se formou; hoje, cada vez mais empresas — inclusive gigantes como Google, Apple e IBM — analisam primeiro o perfil, a atitude e a capacidade de aprender rápido de quem contratam. Um aluno que sai da escola sabendo se conhecer e se cuidar emocionalmente **chega mais forte em qualquer desafio que a vida adulta impuser** — e mais preparado pro tipo de seleção que o mercado de trabalho já pratica.

Por que funciona: os dois melhores sistemas educacionais do mundo, segundo o PISA (o principal exame internacional de educação), já provaram que esse caminho funciona. A **Finlândia** reformou seu currículo nacional pra incluir competências como empreendedorismo, trabalho em equipe e autoconhecimento, com metas individuais pra cada aluno — sem ranquear ninguém — e hoje é referência mundial em educação. **Singapura**, também no topo do PISA, investiu pesado em desenvolvimento socioemocional dos estudantes, mesmo já tendo um dos sistemas mais rigorosos do mundo academicamente, porque entendeu que só ensinar conteúdo não prepara ninguém pra vida real.

E tem o exemplo mais impressionante de todos: **Israel**, um país pequeno, com poucos recursos naturais e cercado de conflito, se tornou uma das nações mais inovadoras do planeta — apelidada mundialmente de "Startup Nation" — construindo essa realidade a partir da própria cultura educacional, que incentiva desde cedo o questionamento, a resiliência diante do fracasso e a coragem de empreender. Se um país do tamanho de Israel conseguiu isso sem os recursos naturais e o tamanho que o Brasil tem, imagina o que o Brasil é capaz de construir com educação de verdade.

É esse o nosso objetivo final: transformar a própria educação brasileira num polo tecnológico de ponta. Não é só usar tecnologia como ferramenta pontual — é **investir tecnologia de verdade dentro da sala de aula**, da creche ao ensino médio, formando a geração mais preparada tecnologicamente que o Brasil já teve. Um país de gente que sabe empreender, que se conhece e que chega preparada pro primeiro emprego é um país que gera renda, não que só procura emprego. E o governo, diferente da escola particular, tem capacidade de investir muito mais em cada aluno — porque **educação pública de qualidade não deveria ser privilégio de quem pode pagar**. Nossas crianças são o futuro do Brasil, e é na sala de aula que esse futuro começa a ser construído.

PRA FORMAR O BRASILEIRO DO FUTURO É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

IPVA de R\$ 50 por Mês

Taxa fixa e baixa pra todo mundo, e isenção total pro caminhoneiro

Taxa fixa e baixa pra todo mundo, e isenção total de IPVA pro caminhoneiro — quem move o transporte do Brasil.

Ter um carro no Brasil é caro demais — e boa parte disso é imposto sobre imposto. O trabalhador que precisa do carro pra viver, pra trabalhar, pra levar o filho na escola, paga um valor que pesa demais no orçamento todo ano.

Na prática: substituição do **IPVA proporcional ao valor do veículo** por uma taxa fixa e acessível de **R\$ 50 mensais para todos**. Hoje, o IPVA varia de 1% a 4% do valor do carro dependendo do estado: um carro popular de R\$ 73 mil paga R\$ 2.920 por ano em São Paulo, Rio ou Minas Gerais (cerca de R\$ 243 por mês), e mesmo no estado mais barato do país hoje, o Amazonas, esse mesmo carro ainda paga R\$ 1.095 por ano (cerca de R\$ 91 por mês). Com a taxa fixa de R\$ 50 mensais, o Brasil passaria a ter o IPVA mais barato do país inteiro — abaixo até do estado mais barato de hoje.

Isenção nacional de IPVA para o caminhoneiro: caminhoneiro não usa o veículo por lazer — é o instrumento de trabalho dele, o que garante o sustento da família e movimenta a logística de todo o país. Hoje isso é tratado de forma bagunçada e desigual: alguns estados já isentam o caminhão do IPVA, mas boa parte do país ainda cobra normalmente. **Nosso governo vai nacionalizar essa isenção:** isenção total de IPVA para caminhoneiros em todo o Brasil, reconhecendo que o caminhão de quem trabalha nele todos os dias não pode ser tratado como o carro de passeio do vizinho.

O modelo que os países mais desenvolvidos já usam: uma taxa fixa, sem relação com o valor do veículo, não é invenção — é o modelo usado por Estados Unidos, uma das maiores potências econômicas do mundo, e por boa parte dos países desenvolvidos. O Brasil está atrasado nisso: a grande maioria dos países não cobra imposto sobre veículo com base no valor de mercado do carro como fazemos aqui. Chegou a hora de o Brasil deixar de ser exceção e adotar o que já funciona: uma taxa simples, sem tabela, sem categoria, sem letra miúda. R\$ 50 por mês, e ponto final.

Por que funciona: para o cidadão comum, uma taxa fixa e baixa de R\$ 50 simplifica a cobrança e alivia o bolso de quem só usa o carro no dia a dia — sem tabela, sem cálculo, sem depender de em qual estado o carro está emplacado. Para o caminhoneiro, a isenção total reconhece que ele já paga imposto sobre o combustível, sobre a manutenção e sobre tudo que consome pra manter o transporte do país rodando — **cobrar IPVA em cima disso é taxar duas vezes quem já está sustentando a logística nacional.**

**PRO IPVA VIRAR FIXO DE R\$ 50 POR MÊS É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Um Polo Tecnológico de Escala Mundial no Brasil

O profissional e o pesquisador brasileiro não precisam mais ir embora pra ter uma carreira de ponta em tecnologia ou ciência

O Brasil vai se tornar o maior polo tecnológico do mundo — um exemplo pra outros países, não mais um exportador de talento pra eles.

Será nossa meta prioritária tornar o Brasil, ao longo dos próximos anos, **o maior polo tecnológico do mundo**. Não um polo que só recebe empresa de fora, mas um polo que nasce daqui, que exporta tecnologia e conhecimento brasileiro pro resto do planeta — o Brasil deixando de ser plateia da revolução tecnológica mundial pra se tornar protagonista dela.

Mas o que significa, na prática, ser um polo tecnológico mundial? Significa ser o lugar pro qual o mundo olha quando pensa em tecnologia — onde as maiores empresas de tecnologia do planeta escolhem instalar sede e centro de pesquisa, onde nascem as startups que viram gigantes globais, onde os melhores cientistas e engenheiros do mundo querem morar e trabalhar, e de onde saem as invenções, os softwares, as vacinas e as patentes que o resto do mundo compra e usa. É isso que os Estados Unidos conseguiram construir com o Vale do Silício: um único vale que hoje concentra empresas como Google, Apple e Meta, e que sozinho já teve um peso econômico maior que o de países inteiros. Ser um polo tecnológico mundial é ter esse mesmo tipo de força — só que em escala de país, com o tamanho e a riqueza natural que só o Brasil tem.

Hoje, o Brasil forma gente brilhante em tecnologia, pesquisa e ciência — mas não consegue dar estrutura pra esse talento crescer dentro de casa. O orçamento da Capes, principal agência de fomento à pesquisa do país, **caiu de R\$ 5,13 bilhões em 2012 para R\$ 2,48 bilhões hoje**, e as bolsas de mestrado e doutorado ficaram **9 anos sem reajuste**, perdendo 66,6% do valor real. Enquanto isso, o mundo inteiro disputa a liderança em inteligência artificial e inovação, e o Brasil, que tem tudo pra liderar essa corrida, fica só assistindo de fora.

Incentivo fiscal pra empresa brasileira nascer e crescer aqui — não só pra empresa estrangeira vir: esse é o ponto mais importante da proposta, e precisa ficar bem claro: um polo tecnológico não é feito só de multinacional estrangeira se instalando no Brasil pra aproveitar mão de obra barata. **O centro dessa proposta é o incentivo fiscal pesado pra empresa brasileira de tecnologia nascer, crescer e virar referência mundial daqui** — empresa nossa, capital nosso, tecnologia nossa, levando o nome do Brasil pro mundo. Empresa estrangeira que quiser investir e trazer capital pra cá também é bem-vinda, mas o protagonismo é da empresa brasileira. Não vamos repetir a lógica de só servir de mão de obra barata pra tecnologia de fora — vamos criar a nossa própria.

Na prática: criação de um **polo tecnológico de escala mundial** em território brasileiro, com incentivo fiscal pesado pra empresa brasileira de tecnologia, parcerias internacionais, e retomada forte do investimento em pesquisa científica através da recomposição do orçamento de Capes e CNPq. O Vale do Silício, o maior polo tecnológico do mundo, não nasceu por acaso: foi construído com décadas de investimento público pesado em universidade e pesquisa, somado a incentivo fiscal. É esse modelo, adaptado à escala e à riqueza natural do Brasil, que vamos replicar aqui — com protagonismo brasileiro.

Tecnologia de ponta em toda universidade federal e centro de pesquisa: esse polo tecnológico não é só pra empresa estrangeira nem só pra quem trabalha com startup: é um compromisso de trazer tecnologia de ponta pra dentro de **toda universidade federal e centro de pesquisa do Brasil**, com laboratório equipado, bolsa de pesquisa com valor real e carreira científica estruturada — pro pesquisador brasileiro deixar de precisar escolher entre continuar a pesquisa dele com estrutura sucateada ou fazer as malas pro exterior. Essa tecnologia também vai chegar em toda escola pública do país, como já detalhamos no nosso plano de educação — porque um polo tecnológico de verdade começa na sala de aula, passa pela universidade e chega no laboratório de pesquisa, não é privilégio de uma única cidade ou de um único setor.

O que muda na vida do brasileiro — e vai muito além de carreira: o profissional de tecnologia, o pesquisador e o cientista brasileiro deixam de precisar emigrar pra ter uma carreira relevante — nossas mentes mais brilhantes podem construir carreira, empresa e riqueza aqui dentro, sem precisar sair do país que os formou. Isso já é, por si só, algo grandioso. Mas o impacto vai muito além disso: o Instituto Butantan já exporta vacina contra gripe e soro antiveneno pra mais de 13 países — só em 2023 foram 5,7 milhões de doses de vacina da gripe enviadas pra fora. Pesquisadores brasileiros já estudam fungos do fundo do Rio Amazonas com potencial contra câncer de fígado, mama e leucemia, e substâncias do veneno de aranha e escorpião com potencial pra tratar dor crônica, que afeta 1,5 bilhão de pessoas no mundo. Com pesquisa científica forte e bem financiada, o Brasil deixa de só importar remédio caro de fora e passa a desenvolver, produzir e **exportar suas próprias vacinas e medicamentos pro mundo inteiro** — tratando doenças graves aqui dentro e vendendo essa ciência lá fora. É saúde mais barata e mais acessível pro brasileiro, mente brilhante ficando em casa, e receita nova entrando no país.

Por que funciona: o Brasil tem a maior floresta tropical do planeta, a maior biodiversidade do mundo, terra fértil de sobra e água em abundância — somos o celeiro do mundo e guardamos uma reserva de vida, de flora e de fauna que nenhum outro país tem. É um absurdo um país com essas condições não investir pesado em tecnologia e pesquisa científica própria. Enquanto não exploramos essa riqueza com ciência brasileira, outros países de olho na Amazônia e na nossa biodiversidade fazem fila pra vir buscar aqui o que devia ser desenvolvido, patenteado e exportado por nós mesmos. Quem lidera tecnologia lidera a economia do futuro, e o Brasil tem, literalmente debaixo dos pés e em cima da própria terra, tudo que precisa pra ser esse líder — falta só decisão política de investir nisso. Nosso objetivo não é só parar de perder talento — é fazer o Brasil virar destino, e não mais origem barata de matéria-prima, na disputa mundial por tecnologia e ciência.

**PRO BRASIL SER O MAIOR POLO TECNOLÓGICO DO MUNDO É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Industrializar o Brasil: Produzir Aqui o Que É Nosso

Chega de exportar em estado bruto e recomprar de volta com o preço multiplicado

O Brasil produz o melhor café, a melhor carne e o melhor couro do mundo — mas exporta em estado bruto e importa de volta com o preço 3x maior. Isso tem que acabar.

Pensa nisso: o Brasil produz o melhor café do mundo. É o maior produtor e exportador do planeta. E, mesmo assim, exporta a maior parte desse café ainda verde — sem torrar, sem moer, sem embalar — pra depois **comprar de volta o próprio café, só que já pronto**, pagando um preço muito maior por algo que já era nosso. O grão verde não é o problema — ele é só o início do processo. O problema é que a etapa mais valiosa, o torrado, o moído, o café pronto pra beber, acontece lá fora, e não aqui. Segundo levantamento da Embrapa com dados oficiais do governo, o preço médio do café que o Brasil importa já chegou a ser **77 vezes maior** do que o preço médio do café que exportamos. Isso é um absurdo: um país que produz a matéria-prima mais cobiçada do mundo entrega essa riqueza pra outro país processar, e depois tem que recomprar o próprio produto de volta, mais caro e, muitas vezes, de qualidade inferior — porque a melhor parte, a mais valiosa, fica lá fora. **Isso precisa mudar: a parte mais valiosa do nosso café precisa ficar aqui e ser vendida pro brasileiro primeiro**, antes de qualquer exportação — não o contrário.

O mesmo padrão se repete com a soja, a carne bovina, o couro e até com o suco de laranja: o Brasil é o maior produtor e exportador de suco de laranja do mundo, com 75% do mercado global, mas exporta quase tudo como suco concentrado — matéria-prima —, e o brasileiro quase nunca vê o produto de marca internacional feito lá fora com a própria laranja daqui. Em quase todos os estados do país, o produto mais vendido pro exterior é matéria-prima crua, sem indústria por trás. **O brasileiro merece ficar com a melhor parte do que ele mesmo produz** — não só a parte pobre da colheita, enquanto o processo mais lucrativo acontece em outro país.

O que significa, na prática, industrializar: significa ter fábrica aqui dentro pra fazer o processo inteiro — não só plantar, colher ou extrair a matéria-prima, mas também **processar, embalar, dar o acabamento final e vender o produto pronto**, sem precisar mandar a parte mais valiosa do trabalho pra fora. É a diferença entre vender o grão de café verde por um preço baixo, ou torrar, moer e embalar esse mesmo café aqui e vender ele pronto, por um preço várias vezes maior — ficando com esse lucro extra dentro do Brasil, no bolso do produtor e do industrial brasileiro, em vez de mandar essa etapa mais rentável pra fábrica estrangeira.

A mesma lógica vale pra tecnologia e defesa: nióbio e terras raras: não é só café, carne e couro que o Brasil exporta cru e compra de volta caro — a mesma coisa acontece com minerais que movem a tecnologia mundial. Boa parte do celular, da bateria de carro elétrico, do componente de defesa e até de equipamento médico moderno depende de minerais que o Brasil tem em abundância — ferro, nióbio, terras raras, cobre. O Brasil é dono de algumas das maiores reservas minerais estratégicas do planeta, mas praticamente só extrai e vende esse material cru pra fora, quase de graça. Lá fora, ele é transformado em componente de altíssimo valor, usado até em tecnologia militar e de ponta — e o Brasil, que poderia ser protagonista dessa cadeia, fica de fora, dependente de importar de volta o que já era nosso. **Não adianta ter a maior reserva de nióbio do mundo** se, na hora de fabricar tecnologia de defesa ou

componente de ponta, o Brasil precisa comprar de volta o que já era nosso, pagando o preço que o outro país quiser cobrar. Um país que não controla o processamento dos próprios minerais estratégicos fica refém de quem controla essa tecnologia — inclusive pra equipar as próprias Forças Armadas e sustentar o polo tecnológico que nosso governo quer construir no Brasil.

Na prática: plano nacional de reindustrialização, com **desoneração** — ou seja, redução e isenção de imposto — especificamente pra quem produz e transforma matéria-prima dentro do Brasil, incentivo à instalação de indústrias de beneficiamento mineral com prioridade estratégica pra nióbio e terras raras, crédito facilitado pra indústria nacional crescer, e **investimento direto do próprio governo** em indústria estratégica, com capital público entrando de verdade na construção de fábrica, não só concedendo desconto de imposto. O objetivo é claro: o país deixar de só extrair e comece a processar, embalar e vender pronto o que já produz melhor do que qualquer outro lugar do mundo.

O que muda na vida do cidadão e do empresário brasileiro: o brasileiro passa a poder consumir, por um preço justo, o mesmo café de primeira qualidade que hoje é exportado verde e devolvido a preço multiplicado — e a mesma lógica vale pra carne, pro couro e por tudo que o país produz de melhor mas não industrializa. Mas quem ganha não é só o consumidor: hoje, quem exporta matéria-prima crua fica com a fatia mais pobre do processo, enquanto quem transforma essa matéria-prima lá fora — a fábrica estrangeira que torra o café ou curte o couro — fica com a fatia mais rica. Quando essa indústria vem pra dentro do Brasil, é o **empresário e o industrial brasileiro quem passa a embolsar essa diferença**: a mesma matéria-prima nossa, processada aqui, gerando muito mais lucro pra quem investe no país — e muito mais emprego dentro do Brasil, em vez de exportar barato e importar de volta caro. E quem processa mineral estratégico, especificamente, gera emprego qualificado, tecnologia e independência — é a diferença entre ser dono da riqueza e do próprio futuro, ou depender pra sempre da boa vontade alheia.

E é por isso, também, que a comida no mercado tem gosto de menos: sem indústria nacional forte, sufocada por imposto alto e sem margem pra competir, a empresa brasileira que ainda resiste aqui dentro é obrigada a cortar custo pra sobreviver — e quem paga o preço é a qualidade do que chega na sua mesa. Não é sobre a quantidade na embalagem: é sobre o sabor, o ingrediente, a matéria-prima de verdade que vem sendo trocada por versão mais barata e artificial. É um sentimento que já viralizou nas redes: parece que a gente não come mais a coisa em si, come só o "sabor" dela — biscoito com sabor de chocolate em vez de chocolate, salgadinho com sabor de queijo em vez de queijo de verdade, tudo com aroma e corante substituindo o ingrediente original. Com desoneração de verdade e indústria nacional forte, a empresa brasileira deixa de precisar sacrificar ingrediente pra sobreviver — e o brasileiro **volta a comer comida de verdade, não só o sabor artificial dela**.

Por que funciona: todo país rico do mundo industrializou antes de ficar rico. Vender matéria-prima crua é vender o futuro barato; industrializar é onde nasce emprego de verdade — e é um absurdo que o povo que produz o melhor café, a melhor carne e o melhor couro do planeta **não consiga consumir, com preço justo, aquilo que ele mesmo planta e cria na própria terra**. O mesmo vale pra riqueza mineral: quem processa o próprio mineral estratégico, e não só extrai e exporta, gera muito mais emprego e receita, e deixa de ficar refém de outro país pra fabricar a própria tecnologia e defesa. E o efeito não para na fábrica: cada posto de trabalho industrial gera empregos indiretos em toda a cadeia — transporte, embalagem, comércio, manutenção — fazendo o dinheiro girar muitas vezes dentro da própria economia brasileira, em vez de sair do país junto com a matéria-prima crua.

**PRA INDUSTRIALIZAR O BRASIL É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

O Brasil do Agro: Fertilizantes e Insumos Nacionais

O governo do agro: um plano real pra tirar o produtor rural da pior crise financeira das últimas décadas

O governo do agro, com olhos pra quem produz — porque o agro é quem move o Brasil, e um plano real pra tirar o produtor rural da pior crise financeira das últimas décadas.

O Brasil é celeiro do mundo, mas depende de fertilizante importado pra produzir sua própria comida. Isso encarece tudo — do produtor até o preço no supermercado — e deixa o agronegócio brasileiro **vulnerável a qualquer crise internacional**.

Na prática: investimento pesado em **fábricas nacionais de fertilizantes e insumos agrícolas**, aproveitando as reservas minerais brasileiras.

O governo do agro: o agro é quem move o Brasil, e por isso o agronegócio não vai ser só uma pauta a mais no nosso governo, vai ser prioridade de verdade — com um presidente que vem de Goiás, um dos estados que mais move o agro brasileiro, e entende o campo na prática. Porque hoje o produtor rural brasileiro está sofrendo como poucas vezes na história. Em estados como o Rio Grande do Sul, o produtor enfrenta uma tempestade perfeita: juro alto, crédito caro, clima instável e um cenário em que, muitas vezes, o custo pra produzir e escoar a safra fica maior do que o valor de venda do produto. Tem produtor que precisou jogar fora colheita inteira porque não compensava colher, transportar e vender. **A dívida do campo gaúcho já soma dezenas de bilhões de reais**, e o desespero chegou a um ponto em que representantes do setor foram ao Congresso alertar sobre casos de produtores tirando a própria vida por não aguentarem mais o peso dessa dívida. Isso é uma tragédia que nosso governo não vai ignorar.

A dependência que sufoca o produtor: quase tudo vem de fora: o Brasil é hoje o maior importador de fertilizante do mundo, mesmo tendo reservas minerais reconhecidas de sobra pra produzir boa parte do que consome. Segundo dados de 2025, o país depende de importação em **86,76% de todo o fertilizante NPK** que usa — no potássio, a dependência chega a 97%, praticamente tudo vem de fora, boa parte da Rússia e da Bielorrússia; no nitrogênio, a dependência é de 93%; e até no fósforo, onde o Brasil produz mais, ainda importamos entre 57% e 76%. Isso significa que, numa crise geopolítica internacional, o preço do fertilizante — e, junto com ele, o preço da comida na mesa do brasileiro — fica refém de decisão de outro país. O Brasil tem uma reserva estimada de **225 milhões de toneladas de potássio só na jazida de Autazes, no Amazonas**, praticamente inexplorada: a produção nacional beneficiada cobre hoje menos de 3% da real necessidade do país.

Produção própria de fertilizante: a saída real: nosso governo vai investir pesado pra tirar do papel a exploração de jazidas como a de Autazes e outras reservas minerais brasileiras de potássio, fósforo e nitrogênio, com fábrica nacional de fertilizante de verdade — não só planos anunciados e nunca cumpridos. Isso significa menos dependência de fornecedor estrangeiro, menos exposição a crise internacional de preço, e um custo de produção que o produtor brasileiro consegue prever com segurança de uma safra pra outra.

Fertilizante resolve metade do problema — a outra metade é crédito: hoje existe um programa federal, o Desenrola Rural, que renegocia dívida em atraso do produtor rural com desconto — já são mais de 500

mil agricultores atendidos e R\$ 23 bilhões renegociados, segundo dados do próprio governo. É um paliativo, mas não resolve o problema de raiz: **limpar a dívida antiga não obriga nenhum banco a liberar crédito novo** pra quem acabou de regularizar a situação. O produtor sai do programa sem dívida, mas continua sendo visto pelo banco como cliente de risco — e sem crédito novo pra plantar a próxima safra, o ciclo de endividamento só se repete.

Crédito Raiz: o que muda de verdade em relação ao que já existe: o governo atual tem hoje dois programas separados que não conversam entre si: o Desenrola Rural, que limpa dívida atrasada, e um fundo garantidor do agronegócio, anunciado recentemente, de apenas **R\$ 2 bilhões** — valor incompatível com o tamanho do problema num país que depende tanto da agricultura quanto o Brasil. Só a dívida do campo gaúcho, sozinha, já soma dezenas de bilhões de reais: R\$ 2 bilhões pra socorrer o agro do país inteiro é um investimento fraco demais. Hoje, o produtor pode até regularizar a dívida antiga, mas continua dependendo da decisão isolada do banco pra conseguir crédito novo — os dois programas não estão conectados.

As três diferenças do Crédito Raiz: primeiro, **conexão automática entre regularizar a dívida e ter acesso a crédito novo** — quem quita ou renegocia a dívida antiga passa a ter direito garantido à nova linha, sem depender só do critério do banco. Segundo, **linhas específicas por porte**, com regra própria pro pequeno, médio e grande produtor, em vez de um fundo genérico igual pra todo mundo. Terceiro, **escala compatível com o tamanho real do problema:** vamos fazer um estudo técnico sério pra levantar quanto o Brasil realmente precisa investir pra tirar o agricultor da dívida e garantir crédito de produção decente — e esse valor vai aumentar o quanto for necessário pra que todo agricultor brasileiro consiga crédito de verdade e volte a produzir. O agricultor brasileiro sustenta a mesa do país inteiro; ele merece um governo que trate esse investimento como prioridade, não como linha de orçamento pequena.

- **Pequeno produtor:** crédito com carência alinhada ao ciclo da safra — sem cobrança de parcela antes de colher e vender —, e juro reduzido em relação às linhas atuais de 6% a 10% ao ano.
- **Médio produtor:** linha intermediária com prazo mais longo que o praticado hoje, pensada pra quem já superou a fase inicial mas ainda depende de capital de giro sazonal.
- **Grande produtor:** acesso facilitado a crédito de investimento — maquinário, armazenagem, silo —, reduzindo a dependência de intermediário e de exportação de matéria-prima crua.

Por que funciona: produzir insumo aqui baixa custo de produção, baixa preço de comida na mesa do brasileiro e transforma o agro numa potência ainda mais forte e independente. Um governo que entende o campo sabe que **valorizar quem produz o alimento do país não é favor — é o mínimo que o Brasil deve a quem sustenta a mesa de todo mundo.**

PRO PRODUTOR RURAL TER O RESPEITO QUE MERECE É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Infraestrutura Pesada: Rodovias, Hidrovias e Ferrovias

Reequilibrar a matriz de transporte de cargas do Brasil — com IPVA zero pro caminhoneiro

Se o caminhoneiro parar, o Brasil para. Valorização de verdade começa por estrada, hidrovia e ferrovia à altura de quem move o país todos os dias.

Todo produto que chega até você percorreu, antes, um trajeto físico real. O alimento na prateleira, a água tratada, o cimento e o aço de uma obra, o combustível no posto, o insumo que abastece uma fábrica, o remédio na farmácia — nada disso se move sozinho. Alguém dirigiu horas numa estrada, uma balsa navegou um trecho de rio, ou uma composição inteira rodou sobre trilho pra que esse produto chegasse ao destino. É esse deslocamento físico, silencioso e constante, que sustenta a economia do país — e é exatamente nele que o Brasil perde competitividade todos os dias.

Entre 61% e 65% de toda a carga transportada no Brasil usa rodovia. Nos Estados Unidos, país de dimensão territorial comparável, esse índice é de 43%; na China, 32%; na Austrália, a ferrovia sozinha responde por 55% do total transportado. **O custo logístico brasileiro consome 12% do PIB — nos Estados Unidos, esse número é 8%.** A diferença de 4 pontos percentuais de PIB, todo ano, é o preço direto de uma matriz de transporte desequilibrada.

Custo comparado por modal: transportar carga por ferrovia custa, em média, 2,5 vezes menos por tonelada do que por rodovia. Por hidrovia, o custo cai para cerca de 3,5 vezes menos. O modal rodoviário também responde por 86% das emissões de CO2 do setor de transporte no país. Esses três números, juntos, explicam por que o custo final de qualquer produto — do grão ao alimento na prateleira — chega mais caro no Brasil do que precisaria.

Na prática: plano nacional de investimento em rodovia, hidrovia e, principalmente, ferrovia, com o objetivo de reduzir a dependência do modal rodoviário para transporte de carga pesada em longa distância, liberando a rodovia para o que ela faz com mais eficiência: transporte de curta e média distância, com entrega direta e maior capilaridade.

Ferrovia: o Marco Legal das Ferrovias, em vigor desde 2021, permite a operadores privados construir e operar trechos ferroviários de menor porte (as chamadas "shortlines"), num modelo baseado na desregulamentação do setor ferroviário adotada nos Estados Unidos em 1980. Nesse país, o resultado acumulado em quatro décadas foi: frete 48% mais barato em termos reais, volume transportado 80% maior, produtividade do setor 150% maior, e participação da ferrovia na matriz de transporte subindo de 30% para 43%. No Brasil, o mesmo marco legal já existe, mas sua aplicação segue lenta, travada em excesso de burocracia regulatória. **Nosso governo vai acelerar a implementação dessa legislação já existente**, com meta de ampliação da malha ferroviária operada pelo setor privado.

Hidrovia: o Brasil tem a 3ª maior extensão de hidrovias navegáveis do mundo. Mesmo assim, a infraestrutura portuária fluvial é mínima: só na Hidrovia Paraguai-Paraná, o Brasil opera 11 portos e terminais, contra 48 na Argentina e 44 no Paraguai — países de território muito menor. Há apenas 17 obras de infraestrutura hidroviária planejadas no Brasil até 2030, contra 54 na Argentina. Como comparação internacional de escala, os Estados Unidos operam 41 mil km de hidrovia interior, com 608 barragens e 257 eclusas, sistema que responde por 43% da movimentação dos 400 maiores portos americanos — com destaque para grão, oleaginosa e fertilizante. **Nosso governo vai investir em porto,**

terminal e dragagem para viabilizar uso comercial de trechos hoje subutilizados do sistema hidroviário nacional.

Efeito sobre o transporte rodoviário de carga: ampliar ferrovia e hidrovias traz mais segurança pro caminhoneiro, concentrando o transporte rodoviário nas distâncias curtas e médias — permitindo que o pai de família volte pra casa todos os dias, em vez de enfrentar os riscos de uma viagem longa por dias seguidos. Isso é excelente pro Brasil, e o histórico internacional confirma: nos Estados Unidos, quando a participação da ferrovia na matriz de transporte subiu de 30% para 43% após a desregulamentação de 1980, o transporte rodoviário continuou crescendo junto, forte, ao lado da ferrovia. No Brasil, o cenário é ainda mais favorável ao caminhoneiro: com menos concorrência no trajeto de longuíssima distância, o frete nas rotas remanescentes tende a ficar ainda mais valorizado. **Reconhecemos que é o caminhoneiro quem movimenta o Brasil hoje, e por isso a proposta garante estrada em melhor estado de conservação, frete mais valorizado e IPVA zero pra categoria.**

Por que funciona: país que investe em logística reduz custo de produto, aumenta competitividade de exportação e gera emprego direto em obra e operação por décadas. Ferrovia e hidrovias são hoje os modais com maior diferença entre capacidade instalada e capacidade utilizada no Brasil — ou seja, onde o retorno sobre investimento tende a ser mais rápido. Reequilibrar essa matriz é uma questão de competitividade nacional, não só de infraestrutura setorial.

PRA VALORIZAR O CAMINHONEIRO COM IPVA ZERO É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Equipar as Forças Armadas

Soberania nacional não se terceiriza

Soberania não se pede emprestada. Um país só decide o próprio destino quando tem capacidade real de se defender.

Enquanto outros países aumentaram o investimento em defesa nos últimos anos, o Brasil fez o oposto: em vez de acompanhar essa tendência, **reduziu o orçamento das Forças Armadas em quase 35% em termos reais** ao longo dos últimos 14 anos. O resultado é um país cada vez menos preparado pra proteger fronteira, riqueza natural e interesse estratégico próprio — e cada vez mais dependente de terceiros pra garantir que ninguém avance sobre o que é nosso.

A situação atual: o Brasil tem hoje cerca de **360 mil militares na ativa**, mais uma reserva mobilizável de cerca de 1,3 milhão — um **efetivo grande**, que coloca o país em 15º lugar do mundo em tropa ativa. Só que esse número não se traduz em poder de defesa real: no equipamento que realmente importa, o Brasil despenca no ranking mundial — **40º lugar em tanques, 43º em aviões de combate, 23º em embarcações de Marinha**. É um país com muita gente fardada e pouquíssimo armamento moderno pra equipar essa gente.

O que os Estados Unidos enxergam, e o Brasil insiste em não ver: o território americano é apenas cerca de 10% maior que o brasileiro — uma diferença pequena. Mesmo assim, os Estados Unidos investem cerca de **US\$ 1 trilhão por ano em defesa, quase 40 vezes mais que o Brasil**, e esse valor só tem crescido nos últimos anos — a meta é chegar a US\$ 1,5 trilhão já em 2027. Se até a maior potência militar do planeta continua aumentando o investimento em defesa ano após ano, por que o Brasil, que tem condição financeira pra isso, caminhou na direção contrária na última década e meia?

Vigilância por drone na Amazônia: só em maio do ano passado, a Amazônia perdeu **960 km² de floresta num único mês** — um aumento de 92% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre 2018 e 2024, o garimpo ilegal sozinho já destruiu mais de **2 milhões de hectares de floresta** na bacia amazônica — uma área do tamanho do estado de Sergipe —, contaminando rio e solo com mercúrio, substância que a Organização Mundial da Saúde classifica entre as dez químicas mais preocupantes pra saúde pública do planeta. Segundo levantamento do MapBiomass, **96% dos alertas de desmatamento validados em 2025 continham indício de irregularidade**. E não é só madeira e garimpeiro: existem relatos recorrentes de organização criminoso internacional atuando nas fronteiras da Amazônia, lucrando com extração ilegal de madeira, ouro e recurso natural, muitas vezes usando a mesma rota pra tráfico de droga. Isso está acontecendo numa área de milhões de quilômetros quadrados, que hoje não tem vigilância suficiente pra ser fiscalizada de verdade. **Nosso governo não vai mais tolerar isso**. Vamos instalar rede de drones de vigilância cobrindo a Amazônia inteira, monitorando em tempo real desmatamento ilegal, garimpo clandestino, contaminação de rio e qualquer exploração estrangeira irregular da nossa água, da nossa madeira e da nossa biodiversidade. A Amazônia é uma das maiores riquezas naturais que o Brasil tem, e esse governo vai ser o primeiro a cuidar dela com a seriedade que ela merece — não deixando mais nenhum hectare ser roubado por falta de vigilância.

O que está em jogo: nossas riquezas estratégicas: o Brasil está entre os 10 países com mais riqueza natural do mundo — reservas estimadas em mais de US\$ 21 trilhões, segundo levantamento internacional. Toda essa riqueza está, hoje, desprotegida: sem capacidade real de defesa, o Brasil depende de que nenhuma outra nação decida explorar ou avançar sobre o que é nosso, porque não temos como responder a essa ameaça se ela vier. O Brasil tem a Amazônia Azul — 3,5 milhões de km² de área

marítima de onde vêm 85% do petróleo e 75% do gás natural do país, e por onde passa 95% do comércio exterior brasileiro. Tem 12% de toda a água doce disponível no planeta. Tem a maior reserva mundial de nióbio, além de terras raras, lítio e outros minerais estratégicos essenciais pra tecnologia de ponta. Tem a maior biodiversidade do mundo, com potencial farmacêutico e biotecnológico ainda pouco explorado. Nenhum desses patrimônios se protege sozinho — proteger riqueza estratégica é, também, capacidade de defesa real.

***Pra quem não é da área:** nióbio é um metal usado em aço de alta resistência, eletrônico e componente aeroespacial. Terras raras são um grupo de minerais essenciais pra celular, bateria de carro elétrico e equipamento militar de precisão. Lítio é a matéria-prima central das baterias modernas, da bateria de celular ao carro elétrico.*

Na prática: aumento real e substancial do orçamento de defesa, com **equipamento moderno pras três Forças** — substituição de armamento e frota defasados, ampliação de capacidade de vigilância de fronteira e da Amazônia Azul, e modernização tecnológica —, além de valorização de quem serve o país fardado e mais investimento na carreira militar como profissão. Na prática, isso muda três coisas concretas pro Brasil: (1) **poder de negociação internacional** — país que não pode se defender negocia em desvantagem em qualquer mesa, de comércio a fronteira; (2) **proteção de ativo econômico real** — petróleo da Amazônia Azul, mineral estratégico e riqueza pesqueira só rendem receita ao Brasil se o Brasil conseguir de fato monitorar e proteger essas áreas; (3) **indústria nacional de defesa** — modernizar Forças Armadas com produção própria (não só compra no exterior) gera emprego qualificado e tecnologia que se espalha pra outros setores da economia, do mesmo jeito que aconteceu historicamente em todo país que investiu pesado nisso.

Por que funciona: soberania não se terceiriza. Forças Armadas fortes protegem fronteira, população e os interesses estratégicos do Brasil no mundo — e um país que investe na própria capacidade de defesa é um país que **negocia de igual pra igual com qualquer potência**, sem depender da caridade ou da paciência alheia. A lógica é simples e usada por toda grande potência do mundo hoje, inclusive as que mais aumentaram investimento militar recentemente: capacidade de defesa não é sobre atacar ninguém, é sobre dissuasão — um país bem equipado tem menos chance de ser testado por qualquer adversário, exatamente porque fica claro que o custo de qualquer agressão seria alto demais. Um Brasil que se equipa à altura do que já tem de riqueza natural e de tamanho territorial é um Brasil que finalmente decide o próprio destino.

PRA UM BRASIL RESPEITADO NO MUNDO É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Indústria Automobilística Nacional

Um carro feito no Brasil não devia ser mais barato em outro país

Um Fiat Argo fabricado em Betim (MG) custa R\$ 97 mil no Brasil e cerca de R\$ 60 mil no Paraguai — 38% mais barato num país que nem fabrica o carro.

Um Fiat Argo, fabricado em Betim, Minas Gerais — ou seja, um carro genuinamente brasileiro — custa **R\$ 96.980 no Brasil**, e é vendido no Paraguai por **cerca de R\$ 60 mil**: uma diferença de quase R\$ 37 mil, ou **38% mais barato**, num país que nem tem indústria automotiva própria. O carro é feito aqui, roda pra fora, e chega mais barato no destino do que na origem — isso não é diferença de custo de fabricação, é carga tributária brasileira, e só ela, encarecendo o próprio produto nacional pro próprio brasileiro. A comparação com os Estados Unidos reforça o tamanho do problema: um carro popular no Brasil (Fiat Mobi, Renault Kwid, Chevrolet Onix, Hyundai HB20) custa entre R\$ 70 mil e R\$ 85 mil — o equivalente a **US\$ 13 mil a US\$ 17 mil**. Esse mesmo valor, nos Estados Unidos, já abre porta pra sedã médio, SUV e até picape — categorias muito superiores ao carro de entrada que o brasileiro compra aqui pagando o mesmo tanto.

Na prática: desoneração e incentivo à produção nacional de veículos e autopeças, com foco em **tecnologia própria e cadeia de fornecedores brasileira**.

O que tem por trás do preço do seu carro: de cada carro comprado no Brasil hoje, uma fatia enorme do que você paga não vai pro fabricante, não vai pra concessionária — vai direto pro governo em forma de imposto. Retirando essa fatia, o mesmo carro popular custaria **dezenas de milhares de reais a menos**, ficando ao alcance de muito mais gente que hoje não consegue comprar um veículo zero-quilômetro. E o problema não para no preço final: o Brasil monta carro aqui — Fiat em Betim, GM em São Caetano do Sul —, mas ainda importa boa parte das peças mais caras e mais avançadas de fora, principalmente da Ásia e da Europa. Isso não é falta de capacidade técnica brasileira: é que, hoje, produzir esses componentes aqui dentro ainda não compensa financeiramente pras empresas, dado o volume atual de produção. **Nosso governo vai incentivar a fabricação nacional dessas peças de maior valor**, gerando mais emprego qualificado dentro do país e reduzindo a dependência de fornecedor estrangeiro.

Fique de olho no que vem em 2027: o governo atual aprovou uma reforma que, na prática, pode tornar o carro ainda mais caro a partir de 2027, não mais barato como prometido. Além do novo imposto sobre consumo (fixado em até 26,5%), foi criado um "Imposto Seletivo" específico pra carros — batizado até de "imposto do pecado" — que deve variar entre 12% e 18%, somando-se ao restante da carga tributária. E pra carro elétrico ou híbrido importado já pronto, o governo confirmou recentemente que o imposto de importação vai subir gradualmente até **35% em 2027**. Ou seja: o governo promete simplificar, mas na prática pode aumentar ainda mais o imposto sobre o carro do trabalhador brasileiro. **Nosso governo vai reverter essa lógica: menos imposto sobre o carro, não mais.**

Carro elétrico: reduzir o imposto de verdade, em lei nacional: hoje, o incentivo fiscal pra carro elétrico e híbrido é uma bagunça: cada estado decide sua própria regra de IPVA, de forma desigual e sem padrão nacional. **Nosso governo vai criar uma lei que vale igual em todo o país**, com redução significativa de imposto federal sobre carro elétrico e híbrido, incentivando a transição energética sem deixar o benefício depender de em qual estado o carro está emplacado.

Um polo nacional de fabricação de carro elétrico: montadoras chinesas como BYD e GWM já instalaram fábrica de verdade no Brasil, gerando emprego real — só a fábrica da BYD na Bahia já soma mais de 5 mil empregos diretos. Isso é positivo, mas não é suficiente: a fábrica é brasileira, mas a

tecnologia e a marca continuam sendo de fora. **Nosso governo vai dar incentivo pra que montadoras que já produzem carro elétrico lá fora abram ainda mais fábrica no Brasil** — gerando mais emprego e mais nacionalização de peça —, mas o investimento principal do governo vai ser em **empresa brasileira**, pra que sejam as nossas próprias montadoras a desenvolver e produzir carro elétrico com tecnologia e marca do Brasil, não só sediar fábrica estrangeira. Vamos criar incentivo tanto pra quem produz quanto pra quem compra: desoneração pra montadora brasileira que investir em elétrico, e redução de imposto pro consumidor final na hora de comprar. Isso inclui também **investimento em infraestrutura de recarga elétrica espalhada pelo país**, porque de nada adianta incentivar a compra do carro elétrico se o brasileiro não tiver onde carregar ele fora de casa.

Por que funciona: todo país desenvolvido trata a indústria automotiva como estratégica, não como setor qualquer — porque ela sozinha movimenta milhares de empregos diretos e indiretos, de metalurgia a logística, e porque dominar tecnologia automotiva significa dominar tecnologia de ponta em geral: bateria, eletrônica, engenharia de precisão. É por isso que economias como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul protegem e incentivam pesado a própria indústria automotiva, mesmo sendo mercados livres — e é por isso que a corrida por fabricar carro elétrico hoje é, na prática, uma corrida por quem vai liderar a próxima geração de tecnologia industrial. **O Brasil não vai ficar de fora dessa corrida.** No nosso governo, o Brasil vai investir pesado pra liderar essa nova geração de tecnologia automotiva — e temos o que nenhum outro país tem em tamanha abundância pra isso: as próprias reservas de minério e mineral estratégico que fazem a bateria e o componente desses carros funcionarem. Vamos investir em fábrica, em tecnologia e em gente qualificada pra transformar o Brasil numa referência tecnológica mundial em carro elétrico, não só mais um país que monta o que outro inventou. Fortalecer essa cadeia no Brasil, reduzir a dependência de componente importado e tirar o peso do imposto de cima do preço final é **devolver ao trabalhador brasileiro o direito de comprar, no seu próprio país, o carro que o seu próprio país fabrica** — sem pagar mais caro por ele do que quem mora do outro lado da fronteira.

**PRO SEU CARRO CUSTAR O QUE DEVE CUSTAR É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Segurança Jurídica para Todos

O Brasil precisa de uma Justiça na velocidade dos países desenvolvidos

O Brasil é hoje um dos países com pior segurança jurídica do mundo, e um dos mais mal avaliados em corrupção — segundo dados internacionais. Isso tem nome, é medido, e precisa mudar.

Todo país desenvolvido tem uma coisa em comum, além de riqueza: **Justiça que funciona em tempo razoável, com regra estável e aplicada igual pra todo mundo**. Isso não é luxo nem discurso abstrato — é medido internacionalmente, ano após ano, pelo **World Justice Project**, organização independente que avalia o chamado "Estado de Direito" (Rule of Law Index) em mais de 140 países ao redor do mundo, olhando fatores como estabilidade das leis, qualidade da Justiça civil e criminal, e ausência de interferência indevida. Nesse levantamento, **o Brasil aparece entre a 78ª e a 83ª posição** — atrás de praticamente toda nação desenvolvida, e mesmo atrás de vários países vizinhos na América Latina. O quadro se repete noutro índice internacional respeitado: no Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, o Brasil está na **107ª posição entre 182 países**, com nota bem abaixo da média mundial. Isso importa pra vida real. Investimento estrangeiro não entra num país onde a regra pode mudar de uma hora pra outra. Empresário brasileiro segura investimento por insegurança do que vem pela frente. E quem menos tem condição de bancar um processo longo — o trabalhador, o pequeno negócio — acaba desistindo de buscar o que é seu por direito, simplesmente porque não aguenta esperar. Segurança jurídica não é sobre proteger quem já tem poder — é sobre garantir que o Brasil funcione com a mesma previsibilidade que qualquer país desenvolvido oferece pra quem vive e investe nele.

O problema central: a Justiça brasileira é lenta demais, e não tem prazo máximo: segundo o próprio Conselho Nacional de Justiça, um processo comum no Brasil demora **quase três anos** pra ser julgado — e existem hoje **84 milhões de processos** parados no país. E isso é só a média dos casos mais simples: quando o processo é mais complexo, esse tempo dispara. Em processos de homicídio, por exemplo, levantamento feito com apoio do Ministério da Justiça mostrou que a metade dos casos leva mais de **8 anos** só pra ser encerrada, entre inquérito e julgamento — quase o triplo do tempo de um processo comum. E não existe, na lei brasileira, um prazo máximo pra nenhum processo terminar: casos complexos regularmente ultrapassam uma década, sem previsão de quando serão concluídos. Em países referência de Justiça eficiente, o tempo médio de tramitação chega a ser **quase a metade do tempo** gasto no Brasil. **Nosso governo vai promover mutirão nacional pra reduzir o estoque de processos parados** e estabelecer meta clara de redução do tempo médio de julgamento — porque Justiça que demora anos, e às vezes mais de uma década, pra reconhecer um direito, na prática, deixa de ser Justiça pra virar só um protocolo.

Também precisamos de estabilidade — a lei muda, e o brasileiro paga a conta: quando a regra do jogo muda o tempo todo, ninguém consegue planejar nada com segurança. Regra tributária que muda no meio do caminho, interpretação de lei que vira contrária ao que já estava valendo — isso não afeta só grande empresa: afeta o pequeno comerciante que abriu o negócio confiando numa regra, e o trabalhador que fez planejamento baseado numa lei que muda sem aviso. Um exemplo concreto: o próprio STF já mudou de posição três vezes, em menos de uma década, sobre uma pergunta tão básica quanto "quando alguém pode ser preso depois de condenado" — até 2009, prisão logo após a condenação; de 2009 a 2016, só depois de esgotado todo recurso possível; em 2016, voltou a permitir prisão mais cedo; em 2019, voltou atrás de novo. Só essa última mudança de posição afetou a situação de **4,8 mil presos** no país, que passaram a poder pedir soltura — não porque mudou prova ou fato do crime, mas porque mudou o

entendimento da própria Corte sobre a mesma regra. Isso é instabilidade jurídica na prática: a mesma pessoa, o mesmo crime, o mesmo processo, e um resultado completamente diferente dependendo de qual ano a decisão foi tomada. Existe até uma frase famosa, atribuída a um ex-ministro da Fazenda, que resume bem esse tipo de problema: no Brasil, não só o futuro é imprevisível, **até o passado pode mudar**. **Nosso governo vai garantir estabilidade nas regras econômicas e contratuais**, respeito à propriedade privada e previsibilidade tributária de verdade — não só no papel.

E também precisamos resolver a desigualdade dentro do próprio processo: além da lentidão e da instabilidade, tem uma desigualdade dentro do próprio processo que ninguém fala muito: uma grande empresa consegue arrastar um processo por anos e empurrar um acordo desfavorável, porque sabe que o trabalhador ou o pequeno negócio do outro lado não aguenta esperar tanto tempo. Nesses casos, quem vence não é sempre quem tem razão — é quem tem fôlego financeiro pra durar mais. Nosso governo vai investir em fiscalização e investigação rigorosa de qualquer influência indevida dentro do sistema de Justiça, com punição severa pra quem for flagrado manipulando resultado de processo, pra que o mérito do caso seja o que decide — não o tamanho da conta bancária de quem está dos dois lados.

Por que funciona: nenhum investidor sério coloca dinheiro num país onde a regra pode mudar amanhã, e ninguém empreende de verdade com medo de ser engolido por um processo interminável. **Segurança jurídica pra todos** transforma boa intenção em investimento real, resolve conflito antes que ele destrua vida e negócio, e devolve ao Brasil o respeito internacional que um país só tem quando sua própria Justiça funciona na velocidade que o cidadão merece.

PRA JUSTIÇA SER IGUAL PRA TODOS É ÁVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Abraço Azul: Apoio Real à Família Atípica

Cuidar de quem cuida — porque hoje essa mãe cuida sozinha

92% de quem cuida de uma pessoa autista no Brasil é mãe. 80% dos pais abandonam essa família. O Estado não pode continuar deixando essa mulher sozinha.

O Brasil tem 17,3 milhões de pessoas com deficiência, segundo o IBGE — e dentro desse número, o autismo é uma das condições que mais cresce em diagnóstico. Segundo levantamento do Mapa Autismo Brasil, **92% de quem cuida integralmente de uma pessoa autista é mãe**. E, segundo o Instituto Baresi, **entre 73% e 80% dos pais abandonam a família em até 5 anos** depois do diagnóstico. O resultado é uma mulher que, sozinha, larga o emprego, larga a própria vida, e passa a viver em função de terapia, escola e cuidado em tempo integral — muitas vezes sem nenhuma rede de apoio, porque o poder público simplesmente não oferece uma. Isso não é sobre falta de amor de mãe. É sobre um Estado que lava as mãos e empurra pra cima de uma única pessoa um trabalho que devia ser responsabilidade de todos.

Na prática: fechamento da brecha legal que permite escola contratar gente sem formação pra cuidar de criança autista, e criação da rede nacional **Abraço Azul**, com apoio jurídico, psicológico e de cuidado prático — pra que a mãe atípica deixe de enfrentar isso sozinha.

Fechar a brecha da lei — chega de gente sem preparo cuidando de criança autista: hoje, duas leis tratam desse tema, e a diferença entre elas é exatamente onde mora o problema: a Lei Berenice Piana (12.764/2012) garante à criança autista o direito a um "acompanhante especializado" em sala de aula, em caso de necessidade comprovada. Já a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015), que também trata desse profissional de apoio escolar, **não exige formação específica** — ela define só a função (ajudar na alimentação, higiene, locomoção, atividades escolares), sem exigir diploma ou curso. É essa brecha entre as duas leis que muitas escolas usam hoje pra contratar estagiário, terceirizado ou adolescente sem nenhum preparo pra cuidar de uma criança que, muitas vezes, não tem como se defender ou contar o que aconteceu com ela — e essa brecha já é hoje uma das questões mais disputadas na Justiça brasileira, com família tendo que processar escola pra garantir um cuidado minimamente qualificado. **Nosso governo vai fechar essa brecha:** toda criança autista em escola vai ter direito a profissional com formação certificada, contratado de forma efetiva — não avulso, não terceirizado de passagem —, com número mínimo obrigatório desse profissional por escola. Segurança da criança não pode depender de brecha de interpretação jurídica entre duas leis diferentes.

Abraço Azul: uma rede de apoio de verdade, não só um benefício em dinheiro: o Brasil já oferece o BPC, benefício em dinheiro pra pessoa com deficiência de baixa renda — mas isso não resolve o problema real: a mãe atípica não consegue trabalhar, não tem tempo pra si mesma, e frequentemente enfrenta tudo isso sozinha depois do abandono do parceiro. **Nosso governo vai criar o Abraço Azul**, uma rede nacional presente nas principais cidades do país, oferecendo: apoio jurídico gratuito pra mãe que precisa garantir direito do filho; apoio psicológico gratuito pra mãe, não só pra criança; e espaço de cuidado qualificado — uma espécie de creche especializada em criança atípica — pra que a mãe consiga, finalmente, sair de casa, trabalhar ou simplesmente descansar, sabendo que o filho está em boas mãos. Isso vale pra criança pequena e também mais velha: o cuidado de uma pessoa autista não tem prazo de validade, e o apoio do Estado também não deveria ter.

Escola e creche especializada, pensada pra atender de verdade: além de exigir profissional qualificado nas escolas regulares, **nosso governo vai investir em creche e escola com estrutura própria pra**

atender criança atípica, em rede com o Abraço Azul — pra que existir uma opção de cuidado especializado deixe de ser privilégio de quem pode pagar clínica particular, e passe a ser direito de qualquer família brasileira.

Vamos rever se o apoio de hoje é suficiente: o Brasil já oferece o BPC, benefício em dinheiro pra pessoa com deficiência de baixa renda — mas dinheiro sozinho não resolve o problema real, e mãe atípica não precisa só de auxílio financeiro: precisa de uma rede que devolva pra ela a possibilidade de ter uma vida própria também. **Nosso governo vai estudar se o valor de hoje é suficiente**, considerando que os primeiros anos de vida da criança costumam pesar mais no bolso da família — fralda, terapia, acompanhamento médico frequente. E vamos ajudar essa mãe a se manter financeiramente ativa sem precisar escolher entre trabalhar e estar presente na vida do filho: incentivo pra empreender de casa, qualificação profissional em áreas compatíveis com a rotina de quem cuida, e a própria rede Abraço Azul como retaguarda, pra que ela consiga sair, trabalhar ou estudar, sabendo que o filho está com profissional preparado — e não só "guardado", mas recebendo o acompanhamento certo pro desenvolvimento dele.

O compromisso com o futuro dessa criança, não só com o presente: toda mãe atípica carrega, no fundo, a mesma angústia: o que acontece com meu filho quando eu não estiver mais aqui? Com acompanhamento adequado desde cedo — estímulo certo, terapia consistente, cuidado nutricional e educacional apropriado —, muitas pessoas autistas conseguem desenvolver grande autonomia na vida adulta, incluindo trabalho e vida independente. É interesse direto do nosso governo que isso aconteça, porque uma criança bem acompanhada hoje é um adulto com muito mais autonomia amanhã. **Nosso governo se compromete a manter estrutura de apoio também na vida adulta dessa pessoa** — essa criança não vai ser abandonada pelo Estado quando crescer. Nenhuma mãe deveria carregar sozinha o peso de imaginar o futuro do filho sem rede de apoio nenhuma.

Por que funciona: hoje, o Estado brasileiro dá um benefício em dinheiro e considera o problema resolvido, enquanto a mãe atípica carrega sozinha uma rotina de cuidado em tempo integral, muitas vezes sem rede familiar, sem apoio psicológico e sem conseguir trabalhar. Isso empurra famílias inteiras pra pobreza e isolamento — e o custo social disso, no longo prazo, é muito maior do que o custo de construir uma rede de apoio de verdade. **Abraço Azul não é caridade, é reconhecer que cuidar de quem cuida também é função do Estado.**

**PRA MÃE ATÍPICA NÃO FICAR MAIS SOZINHA É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Segurança da Mulher

Física, emocional e de saúde — proteção real, em todas as frentes

A mulher brasileira sofre violência física, violência psicológica, e a violência da inércia do Estado nas pautas de segurança e de saúde. Um governo sério enfrenta tudo isso junto.

A mulher brasileira sofre violência física. Sofre violência psicológica. E sofre também a violência da inércia do Estado — na pauta de segurança pública que não protege ela no dia a dia, e na pauta de saúde que não olha pra ela com a atenção que merece. **Nosso governo entende que segurança física, emocional e de saúde caminham juntas**, e nenhuma dessas frentes pode ficar de fora de um plano de governo sério.

Violência doméstica e feminicídio: tolerância zero, sem exceção: o Brasil bateu recorde histórico de feminicídio em 2025: **1.568 mulheres assassinadas por razão de gênero, um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior** — em média, quase 6 mulheres mortas por dia no país, a maioria pelas mãos de parceiro ou ex-parceiro. Só em 2025, o Judiciário recebeu mais de 1 milhão de novos casos de violência doméstica. A Lei Maria da Penha, que completa 20 anos em 2026, foi um marco importante, mas os números mostram que a aplicação da lei ainda falha, principalmente no cumprimento efetivo de medida protetiva e na cobertura fora das grandes cidades. **Nosso governo terá tolerância zero com violência doméstica e feminicídio:** fiscalização real de medida protetiva, resposta rápida da polícia em caso de descumprimento, e presença da rede de proteção à mulher também no interior do país, não só nas capitais.

Por que tantas mulheres não conseguem sair — e o que vamos construir pra mudar isso: a permanência da mulher num relacionamento violento raramente é sobre falta de coragem — é sobre falta de opção real. Violência doméstica quase nunca começa física: começa psicológica, com o agressor desorientando a autoestima e a percepção de realidade da vítima ao longo de anos, controlando o acesso dela a dinheiro, e usando os próprios filhos como instrumento de ameaça. Quando essa mulher finalmente busca ajuda, ela já chega esgotada — e, na maioria das vezes, descobre que a rede de apoio que deveria existir simplesmente não existe: família e amigos nem sempre têm condição de acolher, e a mulher, afastada havia muitos anos do mercado de trabalho, encontra dificuldade real pra se reinserir e se sustentar sozinha. E o problema é maior do que os números oficiais mostram: as **155 Casas Abrigo** do país, presentes em apenas 2,5% dos municípios brasileiros, já não dão conta nem das mulheres que denunciam formalmente — e denúncia é, reconhecidamente, só uma fração da violência real, porque a maioria das vítimas nunca chega a denunciar. Ou seja: se a estrutura de acolhimento já é insuficiente pra quem denuncia, é insuficiente muitas vezes mais pra realidade completa da violência doméstica no Brasil. **Nosso governo vai expandir a rede de casas de acolhimento pra todo o país**, com estrutura completa — não só teto temporário, mas orientação jurídica, suporte psicológico contínuo e recolocação real no mercado de trabalho —, sendo o suporte que hoje, pra maioria dessas mulheres, não existe em lugar nenhum. E vamos investir também no outro lado do problema: a Lei Maria da Penha já permite que a Justiça determine tratamento e reeducação pro agressor, mas esse tipo de programa hoje é raro e mal financiado no Brasil. **Nosso governo vai dar escala nacional a esse tipo de tratamento**, porque reduzir reincidência do agressor também é proteger a próxima vítima.

Essa mesma rede vai proteger nossos idosos: nossos idosos também merecem proteção real dentro de casa. O Brasil registrou **mais de 180 mil denúncias de violência contra idoso em 2025**, a maioria

das vítimas mulheres (63,44%), e pela primeira vez desde que esse levantamento existe, **filha aparece à frente de filho entre os responsáveis pela agressão** — 55,66% dos casos identificados em 2025. Segundo dados do Disque 100, a violência financeira é o terceiro tipo mais comum contra idoso no país, atrás só de psicológica e negligência — e a maior parte desses crimes é cometida por quem mora com o idoso. O padrão mais comum é conhecido: disputa de familiar pela posse da casa ou do bem do idoso, ou procuração assinada sem o idoso entender completamente o que estava autorizando, dando a um familiar controle total sobre a aposentadoria e o patrimônio dele. Quando o idoso não tem mais força física nem psicológica pra reagir — porque já está debilitado, ou porque teme ficar sozinho — a violência financeira frequentemente vem acompanhada de violência física e psicológica pra manter esse controle, incluindo casos de idoso mantido dentro da própria casa por familiar que se recusa a sair. **A mesma rede de acolhimento que nosso governo vai expandir pra mulher vítima de violência também vai acolher idoso em situação de risco**, com proteção jurídica específica contra apropriação patrimonial e procuração obtida de forma abusiva — porque proteger quem está em posição de fragilidade dentro de casa, seja mulher ou idoso, é a mesma responsabilidade do Estado.

Vagão exclusivo pra mulher, como lei nacional: segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Datafolha (2025), **49% das brasileiras com 16 anos ou mais foram vítimas de assédio no último ano** — a maior taxa já registrada na série histórica —, e o transporte público aparece entre os ambientes onde esse assédio mais acontece. Levantamento anterior do Instituto Patrícia Galvão já apontava que a grande maioria das mulheres relata ter sido vítima de assédio especificamente em meio de transporte. Hoje, cada cidade brasileira decide por conta própria se vai garantir vagão exclusivo pra mulher — não existe padronização nacional sobre isso, e em boa parte do país esse direito simplesmente não existe. **Nosso governo vai criar lei nacional obrigando vagão exclusivo pra mulher em todo sistema de metrô e trem urbano do país**, com a quantidade de vagões definida conforme a demanda de passageiros de cada cidade — porque no nosso governo, a segurança da mulher é prioridade.

Categoria feminina no esporte: competição segura, baseada em critério biológico: o próprio Comitê Olímpico Internacional já decidiu: a partir das Olimpíadas de 2028, a categoria feminina em competição esportiva vai usar teste genético como critério de participação. **Nosso governo vai adiantar essa mudança pro Brasil inteiro já a partir de 2027**, um ano antes do próprio COI. Essa é, antes de tudo, uma pauta de segurança física: diferenças biológicas de força, massa muscular e estrutura óssea entre os sexos são um fator objetivo de risco de lesão em competição de contato ou de alto rendimento. Garantir que a competição aconteça entre atletas de mesma condição biológica é reduzir esse risco e assegurar competição segura e justa pra todas as mulheres, seguindo a mesma direção que o próprio movimento olímpico mundial já está tomando.

Saúde da mulher, da juventude à maturidade — prioridade em todo o nosso governo: esse compromisso já está no nosso plano de governo pro SUS, e vale reforçar aqui: **nosso governo vai garantir atendimento de saúde íntima pra mulher desde a juventude**, com programa de prevenção, orientação pra evitar gravidez precoce, mais ginecologista mulher disponível pra exame preventivo, e garantia de acesso ao anticoncepcional adequado ao perfil de cada mulher — porque doença sexualmente transmissível e gravidez na adolescência não podem continuar sendo tratadas como normalidade no Brasil. E, na outra ponta da vida da mulher, **vamos garantir acompanhamento de verdade no climatério, na menopausa e na pós-menopausa**, com suporte psicológico contínuo e acesso a medicamento moderno, incluindo via transdérmica. A partir de agora, nosso governo vai tratar a saúde da mulher como prioridade em todas as fases da vida dela — não só quando o problema já apareceu.

Apoio psicológico e emocional, não só em momento de crise: o Brasil precisa de acesso gratuito a apoio psicológico de verdade, pra população em geral — e nosso governo vai começar essa construção pelas mulheres, principalmente aquelas que hoje demonstram maior necessidade desse suporte. Isso

importa por mais de um motivo: saúde mental tratada a tempo evita que sofrimento vire crise, evita afastamento do trabalho, e evita que violência dentro de casa se perpetue por falta de força emocional pra romper o ciclo. E esse investimento também fortalece a economia — mais atendimento psicológico gratuito significa mais emprego pra psicólogo brasileiro, gerando trabalho ao mesmo tempo em que cuida de quem precisa. Além do atendimento individual, **nosso governo vai investir em rede de encontro entre mulheres**, espaço de convivência e apoio mútuo, reconhecendo que parte da cura emocional acontece em comunidade, não só no consultório. E esse cuidado se conecta direto com a fiscalização de assédio no trabalho que também é parte desse plano: **toda mãe brasileira vai poder ter a certeza de que o filho ou a filha dela, seja qual for a idade, não está sofrendo assédio no ambiente onde trabalha.**

Assédio no trabalho: fiscalização de verdade, não só canal de denúncia no papel: nos Estados Unidos, existe uma comissão federal independente, a EEOC, que permite que **qualquer funcionário acione uma investigação diretamente contra a empresa** — não só contra o assediador individual —, mesmo que a empresa não tenha cometido o assédio diretamente. É um modelo de fiscalização externa e independente, não um canal interno que a própria empresa controla e decide sozinha o que apurar. O Brasil já tem uma lei (14.457/2022) que obriga empresa com mais de 81 funcionários a ter canal de denúncia e treinamento anual contra assédio — mas isso deixa de fora a grande maioria das empresas brasileiras, que são pequenas e médias, e o cumprimento, mesmo nas empresas grandes, tem fiscalização fraca porque depende do canal interno da própria empresa, sem órgão externo cobrando resultado. Assédio no trabalho não escolhe vítima nem agressor por gênero: acontece de chefe pra funcionária, de chefe pra funcionário, entre pessoas do mesmo sexo, sempre que existe relação de poder e medo de perder o emprego por trás — existe uma cultura de silêncio nesse tipo de situação, e isso vale pra qualquer trabalhador, homem ou mulher; proteger cada trabalhador é também proteger a família dele. **Nosso governo vai criar um órgão de fiscalização externa e independente**, nos moldes do modelo americano, com poder de investigar a empresa diretamente — não só de exigir canal de denúncia interno —, ampliando a obrigação pra empresa de qualquer tamanho, e com **rigor técnico na apuração de cada caso**, garantindo que denúncia comprovada seja punida com todo o peso da lei, e que ninguém seja injustiçado por acusação sem fundamento.

Por que funciona: um governo que trata segurança da mulher como pauta ampla — violência doméstica, transporte, trabalho, esporte, infância e saúde emocional — entende que proteção de verdade não se resume a uma lei contra agressão física. É sobre garantir que a mulher brasileira viva o dia a dia dela com dignidade, da juventude até a idade idosa. As mulheres são mais da metade da população do nosso Brasil, e merecem um governo que trate isso com a atenção especial que essa responsabilidade exige. **Nossas mulheres são o pilar da família brasileira — quem cria, quem educa, quem forma a próxima geração do nosso país. Cuidar delas de verdade é o mínimo que o Brasil pode oferecer a quem dedica a vida a construir, com amor, o futuro do nosso país.**

PRAS NOSSAS MULHERES TEREM SEGURANÇA DE VERDADE É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Tolerância Zero à Exploração Sexual Infantil

Prevenção, punição e proteção contínua — até a criança conseguir se defender sozinha

Nosso governo vai dobrar a pena de quem estrutura, comercializa ou pratica abuso sexual contra criança, endurecer toda a legislação, e proteger de verdade nossas crianças — principalmente da exposição sexual que hoje se espalha pela internet.

Exploração sexual infantil é todo ato que sujeita criança ou adolescente a abuso sexual, exploração comercial do próprio corpo, produção ou venda de material sexualizado envolvendo menor de idade. Em 2025, a SaferNet Brasil registrou **63.214 denúncias de abuso e exploração sexual infantil**, o segundo maior volume já registrado pela organização — um crime que já atinge escala industrial dentro do território brasileiro. E, apesar disso, **a pena aplicada hoje ainda é fraca diante da gravidade do crime**: é exatamente essa fraqueza que nosso governo vai reverter, endurecendo a legislação já no início do mandato. O avanço da internet tornou esse crime mais grave a cada ano — e a lei brasileira não está acompanhando essa velocidade. **Nosso governo vai penalizar com rigor e vai adotar medidas reais de prevenção contra a sexualização, a comercialização sexual, o estupro e o abuso sexual de criança que hoje decorrem, cada vez mais, da internet.** Esse plano trata desse problema em quatro frentes: prevenção técnica, que identifica e barra a circulação desse material antes que se espalhe; punição rígida e imediata, sem margem pra leniência judicial; proteção contínua da criança vítima, até ela conseguir se defender sozinha; e controle real sobre a exposição de criança e adolescente nas redes sociais.

Prevenção: identificação técnica automática de conteúdo, em escala nacional: hoje, o Estado só age depois que alguém denuncia — a criança já foi exposta, o material já circulou, e o processo de retirada só começa depois disso. **Nosso governo vai criar um programa nacional de identificação ativa**, capaz de reconhecer quando imagem ou vídeo de criança em situação de abuso ou de cunho sexual estiver circulando na internet, mesmo antes de qualquer denúncia chegar. Outros países já usam esse tipo de tecnologia com sucesso — nos Estados Unidos, por exemplo, um sistema de reconhecimento automático de imagem, mantido em parceria entre governo e grandes empresas de tecnologia, já identificou e ajudou a remover milhões de conteúdos desse tipo da internet. **O Brasil não vai ficar pra trás.** Nosso governo vai fazer o maior investimento já feito no país pra proteger nossas crianças nesse sentido.

O funcionamento é direto: cada imagem ou vídeo de abuso já identificado e confirmado passa a compor um banco de dados nacional. A partir disso, o sistema consegue reconhecer automaticamente quando a mesma imagem reaparece em outro lugar da internet — mesmo que tenha sido cortada, editada ou renomeada —, sinalizando pra remoção imediata sem depender de olho humano revendo cada conteúdo um por um. Toda plataforma que operar no Brasil será obrigada a integrar esse sistema. **Ou seja: é o nosso governo agindo antes da denúncia.** Hoje, o modelo espera a criança ser exposta, esperar alguém notar e formalizar uma denúncia, pra só então tirar o conteúdo do ar. No nosso governo, isso muda: **nós vamos agir antes**, identificando e barrando esse material circular, sem esperar a exposição da criança virar processo.

Site que lucra com exploração infantil não circula mais no Brasil — ponto final: hoje, existe uma realidade que o debate público ainda trata como exceção, mas que já é rotina: família comercializando imagem da própria criança, vídeo de criança sendo abusada sendo vendido, ou até a própria criança sendo induzida a se sexualizar em foto e vídeo postado em rede social, circulando depois em grupo de

WhatsApp e Telegram. Hoje, quando esse conteúdo é identificado, a plataforma recebe notificação e tem prazo — que na prática já chegou a levar cerca de 15 dias — pra remover. **Isso vai acabar.** No nosso governo, assim que houver identificação confiável desse tipo de material, o site, perfil ou canal **sai do ar imediatamente**, sem prazo de defesa prévio. Depois da queda, cabe ao site provar que removeu completamente o conteúdo e que criou segurança rígida o suficiente pra impedir nova circulação, pra só então pedir reativação — e mesmo assim, **a multa aplicada não é isenta em hipótese nenhuma.** Essa multa será milionária, escalonada pelo volume e tempo de circulação do conteúdo, e vai incidir sobre qualquer site, brasileiro ou estrangeiro, que hospedar, distribuir ou lucrar com esse tipo de material dentro do território brasileiro — pra que qualquer plataforma pense trinta vezes antes de deixar esse tipo de conteúdo passar, e invista pesado em segurança rígida pra nunca mais permitir esse tipo de circulação. O valor arrecadado será revertido, por lei, diretamente pro financiamento dos programas de acompanhamento das crianças vítimas. A posição do nosso governo é definitiva: **nenhum site que explore sexualmente criança brasileira vai voltar a operar no país.** Não é uma meta a se buscar — é uma diretriz de Estado, sem exceção e sem tolerância.

Punição rígida e imediata — o Brasil ainda anda em passos de formiga: em dezembro de 2025, entrou em vigor a Lei 15.280/2025, que elevou a pena de estupro de vulnerável pra 10 a 18 anos, com agravantes que chegam a 24 anos em caso de lesão grave e 40 anos em caso de morte. É uma vitória real, mas insuficiente diante da gravidade e do volume desse crime no Brasil — e lei mais dura no papel não impede decisão judicial leniente na prática: em fevereiro de 2026, um desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais absolveu um homem de 35 anos que mantinha uma menina de 12 anos vivendo com ele, classificando a situação como "vínculo afetivo consensual" — e absolveu também a própria mãe da criança, que havia consentido com a situação. Isso é juridicamente inaceitável: **não existe consentimento válido de uma criança, e não existe "casamento" ou relacionamento legítimo entre adulto e menor de idade — isso é estupro de vulnerável, sem qualquer outra interpretação possível.** Só depois de forte repercussão nacional e de o próprio magistrado ser denunciado por abuso cometido contra um sobrinho é que ele voltou atrás — condenando o réu a 9 anos e 4 meses, uma pena que deveria ter sido de no mínimo 30 a 40 anos diante da gravidade do crime. **Nosso governo vai lutar por legislação que no mínimo dobre a pena mínima hoje em vigor**, tanto pra quem estrutura ou comanda rede de exploração sexual infantil quanto pra quem vende acesso ou material envolvendo criança, reduzindo drasticamente a margem de interpretação que hoje permite decisão como essa. Nenhum abusador, estruturador ou vendedor de criança vai ficar impune no nosso governo — e vamos cobrar responsabilização também de magistrado que tratar esse crime com leniência que a lei não autoriza. Essa responsabilização se estende, com a mesma severidade, a qualquer adulto que filme, fotografe ou venda conteúdo envolvendo a própria criança — pai, mãe, avô ou qualquer familiar. Não existe atenuante pra quem lucra com a exploração do próprio filho ou neto.

Nunca Mais Sozinha: proteção contínua da criança, até ela conseguir se defender sozinha: hoje existe uma brecha real na nossa legislação: a lei brasileira ainda trata esse crime só do lado de quem cometeu o ato — prender, julgar, condenar —, mas ninguém está pensando no lado da criança depois disso. Punir quem fez o ato é necessário, mas não é o suficiente. Com a internet, essa criança não deixa de ser vítima só porque quem fez a primeira exposição dela foi preso: o conteúdo pode reaparecer, pode ser visto por um novo abusador, e pode expor essa criança de novo, anos depois. **Nosso governo vai fazer tudo — punir, prevenir, fiscalizar — pra que nenhuma criança brasileira fique desprotegida.** Mas esse é um crime bárbaro, e a internet tornou a circulação desse tipo de conteúdo praticamente impossível de conter por completo. Por isso, enquanto não houver certeza absoluta — zero por cento de dúvida — de que aquela criança está protegida, o Estado continua presente na vida dela. **É por isso que nosso governo vai criar o Nunca Mais Sozinha**, um programa nacional de acompanhamento psicológico e social contínuo pra criança vítima desse tipo de crime, até ela atingir a maioridade.

Vamos criar lei que obriga o site a excluir imediatamente qualquer imagem ou vídeo dessa criança assim que identificado, com a mesma regra já explicada: enquanto não houver comprovação de exclusão total, a circulação fica bloqueada. Mas é preciso ter clareza sobre a natureza desse crime: mesmo com essa exclusão, print de tela, gravação ou cópia salva em grupo de Telegram ou WhatsApp pode já ter circulado antes da remoção. Imagine essa criança correndo o risco de ser reconhecida por um vizinho que teve acesso ao conteúdo dela, por alguém na rua, por um professor, ou sofrendo bullying na escola de outras crianças que também tiveram contato com esse material — tudo isso podendo acontecer até ela atingir a maioridade. É exatamente por isso que essa criança vai ter acompanhamento contínuo — visita regular de assistente social, suporte psicológico de longo prazo e monitoramento de reaparecimento do conteúdo relacionado a ela —, garantido pelo Estado até haver certeza absoluta de que ela está protegida, não só a prisão do abusador no dia da denúncia.

Controle rígido sobre a exposição de criança e adolescente nas redes: além do crime propriamente dito, existe hoje um ambiente digital que expõe criança e adolescente a risco crescente de aliciamento e autosssexualização precoce — adulto se passando por adolescente em chat, e jovem crescendo em uma cultura online que normaliza a exposição do próprio corpo. A Austrália acabou de aprovar, em dezembro de 2025, **idade mínima de 16 anos pra ter conta em rede social** — a primeira lei desse tipo no mundo. **Nosso governo vai estudar e adaptar esse modelo pro Brasil**, com fiscalização real sobre conteúdo que sexualiza menor de idade em rede social, seja em perfil de adulto ou do próprio adolescente, e mecanismo de verificação de idade que hoje praticamente não existe na prática.

Por que funciona: o modelo jurídico tradicional trata o crime sexual como evento: acontece, é punido, a vítima recebe assistência pontual. Mas o crime digital é um processo contínuo — o conteúdo permanece, replica, reaparece, e gera revitimização anos depois do agressor já estar preso. **Reconhecer essa diferença é o primeiro passo pra construir uma proteção que realmente funcione:** prevenção técnica ativa, punição rígida e imediata, e acompanhamento que não termina no dia da prisão do agressor. É isso que significa ser, de verdade, um governo que protege as crianças do Brasil como pai nenhum jamais deveria precisar proteger sozinho.

PRA ACABAR COM A PEDOFILIA NO BRASIL É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Juventude

Saúde mental, emprego, proteção digital e liberdade de escolha educacional

Nosso governo vai dar ao jovem brasileiro o que os países mais desenvolvidos já dão aos deles: cuidado real com a saúde mental, oportunidade de primeiro emprego, proteção digital de verdade e liberdade de escolha na educação.

O jovem brasileiro enfrenta hoje uma combinação de dificuldades que nenhuma geração anterior enfrentou na mesma escala: desemprego mais que o dobro da média nacional, sofrimento mental generalizado, e um ambiente digital que molda a cabeça dele sem nenhuma transparência sobre como isso acontece. **Nosso governo trata juventude como prioridade de Estado**, não como pauta secundária — porque o jovem de hoje é quem vai sustentar o Brasil de amanhã.

Primeiro emprego: enfrentando o desemprego que mais que dobra a média nacional: o desemprego entre jovens de 18 a 24 anos fechou 2025 em **11,4%**, mais que o dobro da média nacional de 5,1%, segundo o IBGE. No início de 2026, de 32,9 milhões de jovens de 14 a 24 anos no país, **6,2 milhões não estudam nem trabalham** — os chamados "nem-nem", número que só cresce. O Brasil já tem lei que incentiva estágio e aprendizagem durante os estudos — mas o problema maior está depois de formado: muito jovem termina faculdade, curso técnico ou curso do Senac com currículo pronto, e esbarra na mesma exigência de sempre — "experiência anterior" —, enquanto empresa também reclama de dificuldade real pra achar profissional qualificado. **Nosso governo vai criar uma plataforma nacional obrigatória de talentos**, alimentada diretamente pelas instituições de ensino — federal, particular, técnica — no momento da formatura, conectando o jovem recém-formado à empresa que busca exatamente aquele perfil. Em vez de nota ou currículo acadêmico como critério, o destaque vai ser o **perfil comportamental e o talento** de cada jovem — se é mais técnico, mais comercial, mais analítico —, com a instituição de ensino validando o cadastro pra garantir autenticidade, sem transformar isso numa seleção por nota que excluiria quem teve mais dificuldade ao longo do curso. Empresa que contratar por essa plataforma recebe incentivo fiscal crescente conforme o tempo de permanência do jovem contratado — pra evitar contratação de fachada só pra pegar benefício e demitir em seguida —, com prioridade extra pra quem também converte estagiário em efetivo de verdade, não usa estágio só como mão de obra barata sem perspectiva.

Meu Primeiro Emprego: o governo completa o salário pra empresa poder treinar e efetivar: **Nosso governo vai criar, por lei, o programa Meu Primeiro Emprego:** jovem de 18 a 29 anos, contratado com **carteira assinada e salário integral desde o primeiro dia**, em cargo com remuneração de até R\$ 5.000. Nos primeiros seis meses, o governo entra com parte do custo salarial, e o jovem tem a **garantia de que a empresa vai manter a carteira assinada dele por um ano completo** — não é uma experiência de seis meses que pode simplesmente acabar, é um ano inteiro de experiência real garantida. Critério de elegibilidade: primeiro contrato de trabalho com carteira assinada da pessoa, independente de vínculo informal anterior ou de a pessoa ainda estar cursando faculdade ou curso técnico em paralelo — cobre tanto quem já concluiu formação e busca a primeira colocação na área quanto quem precisa trabalhar e estudar ao mesmo tempo pra custear a própria educação. Tudo isso vai funcionar através de um **aplicativo do governo, simples e sem burocracia**, com cadastro rápido de currículo, experiência e uma área dedicada especificamente ao **perfil de personalidade** do candidato — se é mais comunicativo, mais técnico, mais analítico —, pra que a empresa encontre o jovem certo pelo talento dele, não só pelo papel. Esse modelo já foi testado fora do Brasil, com resultado concreto: o Reino Unido aplicou uma política nacional equivalente e gerou mais de 163 mil vagas reais, com 73% das empresas participantes satisfeitas

com o resultado.

E é vantajoso pros dois lados. Pra empresa, é a chance de formar, desde o início, um profissional já treinado dentro da própria cultura e mentalidade do negócio — sem vício de outra empresa, moldado exatamente pro jeito de trabalhar que ela precisa. Enquanto esse treinamento acontece, o governo ajuda a bancar parte do custo salarial, reduzindo o risco financeiro de apostar num profissional em início de carreira. E a empresa escolhe com liberdade, direto na plataforma, o currículo e o perfil que melhor se encaixam na vaga. O tamanho do orçamento e o critério de porte de empresa elegível serão definidos por estudo técnico detalhado. **A responsabilidade desse programa é clara:** um ano de emprego formal muda a trajetória inteira de um jovem — dá network real, constrói currículo que abre porta pra próxima vaga, e aumenta a chance de fidelização na própria empresa que o formou. Valorizar quem precisa trabalhar cedo e quem busca a primeira colocação depois de formado é reconhecer, com política pública, o talento da juventude brasileira — não deixar esse talento se perder por falta de uma primeira porta aberta.

Respira: rede nacional de saúde mental exclusiva pra juventude: uma das maiores queixas da juventude brasileira hoje não é falta de vaga na faculdade — é saúde mental. Levantamento recente mostra que jovens de 16 a 24 anos são o grupo mais infeliz do Brasil, mais até que qualquer geração mais velha, com pior relação com o trabalho e forte impacto da comparação social nas redes. E isso não é só sofrimento individual: segundo a Organização Mundial da Saúde, **cada US\$ 1 investido em tratamento de depressão e ansiedade gera um retorno de US\$ 4 a 5** em produtividade e melhoria de saúde — e a falta desse investimento custa à economia global cerca de **US\$ 1 trilhão por ano** em produtividade perdida. País nenhum cresce de verdade com sua próxima geração doente. A Austrália já provou que isso funciona: criou, em 2006, o Headspace, uma rede nacional de centros de saúde mental exclusivos pra jovem de 12 a 25 anos, hoje estudada e replicada no mundo inteiro como modelo de referência. **Nosso governo vai criar o Respira**, com a mesma lógica: centro físico espalhado pelo Brasil inteiro, pensado e desenhado especificamente pra atrair o jovem — espaço moderno, acolhedor, sem cara de hospital —, onde ele chega sem encaminhamento, sem fila de burocracia, e é atendido na hora por equipe completa: psicólogo, psiquiatra, orientador, tudo no mesmo lugar. Essa é a prioridade número um do nosso governo pra juventude: garantir que a próxima geração do Brasil cresça mentalmente saudável, não sufocada por ansiedade, depressão e comparação constante nas redes.

Transparência obrigatória sobre o que a rede social entrega pra criança até 14 anos: hoje, nenhuma plataforma no Brasil é obrigada a informar como o algoritmo dela decide o que aparece na tela de uma criança de 10, 12 ou 14 anos. Isso importa porque o que a criança consome nessa fase forma quem ela vai se tornar: é o período em que se constrói mente empreendedora, persistência, capacidade de comunicação — ou, no caminho oposto, uma mente acostumada a conteúdo superficial, banalizado e sexualizado, sem nenhum estímulo à formação intelectual. Hoje, os pais não sabem, o Estado não sabe, e a criança é moldada por um sistema de recomendação pensado pra maximizar tempo de tela, não desenvolvimento saudável. **Nosso governo vai exigir transparência obrigatória sobre o funcionamento do algoritmo de recomendação pra usuário até 14 anos:** qual critério prioriza um vídeo sobre o outro, e relatório público periódico sobre o tipo de conteúdo mais entregue nessa faixa etária. Isso não significa proibir — significa preservar. Outros países já adotam esse tipo de exigência de transparência com grande empresa de tecnologia que lucra também dentro do Brasil, e vamos seguir esse caminho: garantir que pai e mãe brasileiro tenham, enfim, ciência real do que está formando a cabeça do próprio filho.

Educação domiciliar regulamentada: liberdade de escolha, com resultado comprovado: hoje, o homeschooling é ilegal no Brasil — o STF decidiu, em 2018 e reafirmou em 2025, que essa modalidade só pode existir com lei federal específica, que até hoje não foi aprovada. Já existe um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, parado no Senado, que exige que pelo menos um responsável tenha

formação superior ou técnica reconhecida pra poder educar o filho em casa, com fiscalização do Estado. No mundo, já é regulamentado em mais de 60 países, incluindo Estados Unidos, Canadá, Portugal, Reino Unido, França e Japão — nações que não têm nada de atrasado em matéria de educação. E os resultados são reais: levantamento da Home School Legal Defense Association mostra aluno de educação domiciliar tirando, em média, **37 pontos percentuais a mais** em leitura, matemática e ciência do que aluno de escola pública tradicional. Segundo o National Home Education Research Institute, 78% dos estudos revisados por pares mostram desempenho acadêmico estatisticamente superior, e 87% mostram desenvolvimento social e emocional superior. Universidades como Harvard, Yale, Princeton e Stanford já recebem regularmente esses alunos, reconhecidos pela maturidade acadêmica e capacidade de comunicação. **O Brasil não pode ficar pra trás numa pauta que já provou funcionar.** Nosso governo vai apoiar a regulamentação do homeschooling no país, com fiscalização rigorosa e avaliação periódica obrigatória — reconhecendo que liberdade de escolha educacional, com responsabilidade e monitoramento, é direito que o Brasil ainda nega à família brasileira.

Crédito Nacional de Qualificação: aprender não para quando a faculdade termina: Singapura criou, em 2015, o SkillsFuture: todo cidadão a partir de 25 anos recebe um crédito do governo, sem prazo de validade, com reforço periódico, pra pagar curso de qualificação profissional em qualquer área — da técnica à criativa. Mais de 2,7 milhões de créditos já foram usados por lá. **Nosso governo vai estudar um modelo equivalente pro Brasil**, garantindo que o jovem brasileiro, ao entrar na vida adulta, continue tendo acesso a qualificação contínua, mesmo depois de formado — porque o mercado de trabalho muda, e o jovem brasileiro precisa de ferramenta real pra se atualizar ao longo da carreira, não só no início dela.

Por que funciona: país nenhum se desenvolve abandonando a própria juventude. Emprego de verdade, patrimônio desde cedo, proteção digital com transparência e liberdade de escolha educacional são, juntos, a base pra formar um jovem brasileiro mais preparado, mais protegido e mais livre pra decidir o próprio futuro — **o oposto de um país que trata sua juventude como pauta secundária, enquanto o mundo desenvolvido já trata como prioridade de Estado.**

**PRA GARANTIR O PRIMEIRO EMPREGO PRO JOVEM É
AVALANCHE NELES**

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

Saneamento Básico e Coleta de Lixo

Levar o básico pra todo o Brasil, de verdade — não só no papel do orçamento

Mais de 32 milhões de brasileiros sem água tratada, quase 90 milhões sem coleta de esgoto. Isso é descaso, e nosso governo não vai mais aceitar isso como parte da paisagem do Brasil.

Imagine abrir a porta de casa e ver fezes escorrendo pela rua, esgoto a céu aberto correndo a poucos metros de onde seu filho brinca. Imagine conviver todos os dias com cheiro de lixo acumulado, sem coleta, sem destino. Imagine não ter água potável dentro de casa. Isso não é uma cena rara no Brasil — é a realidade diária de milhões de famílias brasileiras, e é justamente esse contato direto e constante com esgoto e lixo que **faz nossas crianças adoecerem**: só em 2024, 340 mil pessoas foram internadas por doença associada à falta de saneamento — diarreia, dengue, leptospirose, febre amarela. O Brasil tem hoje 213,4 milhões de habitantes, segundo o IBGE. Os **32 milhões de brasileiros sem água tratada representam mais de 1 em cada 7 pessoas** no país, e os **90 milhões sem coleta de esgoto são quase metade de toda a população brasileira**. Isso é um absurdo pra um país do tamanho e da riqueza natural do Brasil: quase metade do país sem dignidade básica. Isso não é fatalidade, é **descaso histórico do poder público**, e nosso governo não vai tratar esse tema como pauta secundária.

Investimento como meta prioritária: nosso governo vai fazer de saneamento básico e coleta de lixo **prioridade nacional de investimento**, com estudo técnico real pra dimensionar quanto o Brasil precisa pra universalizar água tratada, coleta de esgoto e drenagem, e mutirão nacional de obra até que todo brasileiro, em qualquer região do país, tenha acesso garantido a isso. Um estudo do Instituto Trata Brasil mostra que **cada R\$ 1 investido em saneamento gera R\$ 4,10 em retorno social e econômico** — não é gasto, é um dos investimentos públicos mais rentáveis que existem. Mas aumentar orçamento sozinho não resolve, e nosso governo reconhece isso desde já: mesmo com dinheiro disponível, existem vários problemas concretos que hoje impedem que esse investimento chegue de fato à população. Vamos citar abaixo os principais, sempre dispostos a enfrentar também outros que forem identificados ao longo do processo. **Nosso governo não vai fechar os olhos pra nenhum deles.**

Capacitação técnica municipal para execução dos projetos: auditoria do Tribunal de Contas da União mostrou que, do programa federal "Saneamento para Todos", apenas **46,5% dos R\$ 24 bilhões disponíveis foram efetivamente usados** — e as regiões Norte e Nordeste, justamente as que mais precisam, foram as mais prejudicadas por essa falha de execução. A razão já é conhecida: a maioria das prefeituras pequenas não tem corpo técnico especializado pra elaborar o projeto de engenharia exigido, preencher a documentação correta e credenciar o município pra acessar o fundo. Isso muitas vezes acaba sendo usado como motivo pra inércia — mas **nosso governo reconhece que essas prefeituras realmente precisam de ajuda**, e que a raiz do problema não é falta de capacidade intelectual, é falta de orçamento pra contratar técnico especializado. Por isso, essa pauta vai ter interesse direto do governo: vamos disponibilizar uma **equipe própria, contratada e preparada especificamente pra apoiar toda prefeitura** que precisar, elaborando e credenciando projeto de saneamento — pra que a falta de estrutura técnica de um município pequeno deixe de significar que sua população continua sem água tratada.

Fiscalização rigorosa dos contratos de saneamento: superfaturamento e desvio em contrato de obra tiram recurso de uma área tão básica que o Brasil inteiro precisa. Mais do que tornar a fiscalização mais rígida no papel, **nosso governo vai montar uma equipe própria, contratada e treinada especificamente pra esse projeto prioritário** — time dedicado a acompanhar de perto todo contrato,

licitação e execução de obra de saneamento e coleta de lixo no país. Essa equipe não vai só fiscalizar: também vai auxiliar prefeitura e estado no que for necessário pra a obra andar direito. Quem for identificado desviando recurso ou superfaturando contrato — empresa ou responsável pela coordenação do projeto — vai responder com **punição agravante**, e vamos usar tecnologia de cruzamento de dado pra identificar padrão de irregularidade rapidamente, não depois que o dinheiro já sumiu.

Atendimento a áreas de ocupação irregular: parte significativa das famílias sem acesso a saneamento vive em terreno irregular — ocupação em área ambiental protegida, margem de rio, encosta —, e a própria legislação hoje impede a prefeitura de levar rede de água e esgoto pra esses locais, porque instalar infraestrutura ali seria, tecnicamente, reconhecer uma ocupação irregular. O problema não é da família: ela ocupou aquele terreno porque não teve condição de comprar um lote regular — não é justo tratar como culpada quem só queria ter onde morar, e nosso governo também não vai aceitar manter família em área de risco ambiental ou pessoal indefinidamente. **Cada caso vai ser analisado individualmente, com prazo definido pra reassentamento em moradia digna e legalizada, com auxílio do Estado durante a transição** — nunca remoção sem alternativa, mas também nunca abandono indefinido numa área de risco. Sabemos que existe morosidade real na execução desse tipo de projeto, e por isso, enquanto o reassentamento definitivo de cada família não se concretiza dentro do prazo estabelecido, **nosso governo vai buscar solução temporária que garanta água e esgoto mesmo antes da resolução final** — já existem soluções jurídicas desse tipo testadas e funcionando no Brasil, que permitem levar infraestrutura básica sem esperar anos pela regularização completa do terreno. O que não vamos fazer é usar a irregularidade do terreno como desculpa pra manter uma família, por tempo indeterminado, sem água tratada nem esgoto.

Modernização da coleta e do tratamento de resíduos sólidos: saneamento básico não é só água e esgoto — é também coleta de lixo, e em muitas regiões do país essa coleta é rara ou simplesmente não existe, empurrando resíduo pra lixão a céu aberto, rio ou terreno baldio. **Nosso governo vai tratar coleta de lixo como prioridade nacional**, investindo em estudo técnico federal dedicado especificamente a isso, pra modernizar a forma como o Brasil trata seu próprio resíduo — olhando pra quem já resolveu esse problema: a Suécia combina coleta seletiva rigorosa com incineração eficiente pra gerar eletricidade e calor; a Alemanha responsabiliza o próprio fabricante pela reciclagem da embalagem que produz, e já eliminou boa parte da necessidade de aterro; o Japão reduziu drasticamente a poluição de suas usinas de queima de lixo nas últimas décadas, com tecnologia que transforma resíduo em energia limpa. O Brasil já tem, inclusive, uma usina desse tipo em operação — em Seropédica (RJ) —, prova de que a tecnologia não é estrangeira nem inacessível. **Nosso governo vai levar esse modelo de coleta seletiva e aproveitamento energético do lixo pra escala nacional**, começando pelas regiões onde hoje praticamente não existe coleta nenhuma. Hoje, separar lixo seco de orgânico não é obrigatório em boa parte do Brasil — muitas cidades nem oferecem duas lixeiras distintas pro cidadão separar seu próprio resíduo, ficando a coleta seletiva restrita a iniciativa isolada de município que decide fazer por conta própria. **Nosso governo vai investir na transformação da cultura de coleta em todo o país:** infraestrutura de coleta com lixeira separada em toda cidade brasileira, e educação ambiental contínua desde a infância, pra que separar resíduo se torne hábito natural do brasileiro, não exigência imposta de cima pra baixo. Isso passa também por **valorizar quem já sustenta a coleta de lixo no Brasil hoje:** catador e coletor de resíduo, muitas vezes trabalhando em condição precária, direto em lixão. Nosso governo vai ouvir essa categoria, entender o que ela precisa, e investir em qualificação e melhoria real das condições de trabalho de quem já exerce essa função essencial pro país.

Por que funciona: ser um país de primeiro mundo é impossível sem enfrentar poluição ambiental, sem garantir saneamento básico, sem dar dignidade mínima ao brasileiro. Água tratada, esgoto coletado e lixo recolhido não são luxo — são o mínimo que qualquer pessoa precisa pra sobreviver com saúde, assim como comida na mesa. **Nosso governo vai investir o dinheiro que falta, vai fiscalizar como esse dinheiro é gasto, vai auxiliar prefeitura e estado a executar a obra na prática, e vai olhar caso a**

caso pra família em situação de terreno irregular — sem permitir que exista mais inércia diante de problema que o governo tem, sim, capacidade de resolver. **Isso não é gasto, é investimento**: retorno econômico real pro país, retorno de ver o brasileiro acordar com dignidade dentro da própria casa, e retorno de o Brasil se tornar referência pra outros países, não mais um país que fica pra trás nesse tema. O Brasil tem riqueza de sobra pra isso — e nosso governo não vai mais aceitar que o brasileiro deixe de desfrutar de uma vida digna diante de tudo que o próprio Brasil produz.

PRO BRASIL TER SANEAMENTO BÁSICO DE VERDADE É AVALANCHE NELES

Leonardo Avalanche

Candidato à Presidência do Brasil

ESSE É O NOSSO COMPROMISSO COM O BRASIL

19 propostas. Um só objetivo:
um Brasil mais justo, mais seguro e mais forte
pra cada brasileiro.

LEONARDO AVALANCHE

Candidato à Presidência do Brasil

PRTB · 28

AVALANCHE NELES